



**Centro Universitário de Brasília – UniCEUB**  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais

**DENISE NUNES MARTINS FREJAT**

# **O VOTO COMO GARANTIDOR DA LEGITIMIDADE DOS REPRESENTANTES DO POVO**

**BRASÍLIA**

**2013**

DENISE NUNES MARTINS FREJAT

**O VOTO COMO GARANTIDOR DA LEGITIMIDADE  
DOS REPRESENTANTES DO POVO**

Monografia apresentada como  
requisito para conclusão de curso de  
bacharelado em Direito do Centro  
Universitário de Brasília – UniCEUB.  
Orientadora: Professora Alice Rocha

**BRASÍLIA  
2013**

DENISE NUNES MARTINS FREJAT

**O VOTO COMO GARANTIDOR DA LEGITIMIDADE  
DOS REPRESENTANTES DO POVO**

Monografia apresentada como  
requisito para conclusão de curso de  
bacharelado em Direito do Centro  
Universitário de Brasília – UniCEUB.  
Orientadora: Professora Alice Rocha

Brasília, 03 de maio de 2013.

**Banca Examinadora**

\_\_\_\_\_  
**Professora Dra. Alice Rocha**

\_\_\_\_\_  
**Professor(a) Examinador(a)**

---

## **Professor(a) Examinador(a)**

### **RESUMO**

O trabalho realizado apresenta um breve histórico do voto no direito brasileiro através de suas Constituições, do Império à República. Possibilita, com um pequeno panorama, a compreensão de como foi introduzido o direito do voto nos segmentos da sociedade no território brasileiro e os momentos de sua supressão. Classifica o poder constituinte e suas derivações, delineando a limitação de reformar a Carta Magna no tocante às chamadas cláusulas pétreas, onde está inserido o direito ao voto secreto, universal direto e periódico. Mostra as possibilidades do cidadão com capacidade eleitoral para participar ativamente no processo eleitoral como eleitor e como candidato. Bem como as técnicas que são aplicadas para os tipos de representação, tanto para os cargos do poder executivo, como para os cargos do poder legislativo. Mostra também os mecanismos de suspensão e perda dos direitos políticos que o Brasil impõe como privação e limite para capacidade eleitoral, os quais são elementos que fazem parte da engrenagem que movimenta a máquina estatal. Por fim, demonstra a importância da sociedade em participar da vida política e as vantagens e desvantagens dos voto obrigatório e facultativo para a legitimidade dos eleitos e para manter a participação popular. E assim, garantir a legitimidade dos representantes do povo.

**Palavras-chave:** Direito constitucional. Voto. Poder Constituinte. Direitos políticos. Voto obrigatório. Voto facultativo. Democracia. Representação política.

### **SUMMARY**

This work represents a brief historic about the vote and the brazilian right through the Constitutions, since the Empire to the Republic. It offers, with a small overview, the comprehension of how the right of vote was introduced in the society and the moments of suppression of this right. Catalogue the constituent power and its derivations, outlining the restriction to reform the Magna Carta in relation the so-called fixed clauses, in which is inserted the right of vote, secret, universal, direct and periodic. It shows the possibilities of the citizen with electoral capacity to participate actively in the electoral process as a voter and as a candidate. As well as the techniques that are applied to the types of representation, to the positions of executive power, as well as the ones of legislative power. The mechanisms of suspension and loss of politic rights that Brazil imposes as deprivation and limit to the electoral capacity. Those are elements that are part of the gear that moves the state machine. Lastly, it demonstrates the importance of the society in participating in the political life and the advantages and disadvantages of the obligatory and optional votes to the legitimacy of the elected and to maintain the participation of the people. Thus ensuring the legitimacy of the people's representatives.

**Key Words:** Constitutional right. Vote. Constituent Power. Politic rights. Obrigatory vote. Optional vote. Democracy. Politic representation.

## SUMÁRIO

|   | Pág. |
|---|------|
| INTRODUÇÃO _____  |      |
| 7   |      |
| 1 AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E A EVOLUÇÃO DO VOTO _____         |      |
| 9   |      |
| 1.1 O conceito de Constituição _____                              |      |
| 9   |      |
| 1.1.1 O significado do texto constitucional _____                 |      |
| 9   |      |
| 1.1.2 Os elementos constitucionais _____                          |      |
| 9   |      |
| 1.1.3 O caráter dinâmico do conteúdo _____                        |      |
| 9   |      |
| 1.2 Constituições brasileiras e o voto _____                      |      |
| 11  |      |
| 1.2.1 Constituição de 1824 _____                                  |      |
| 11  |      |
| 1.2.1.1 Histórico _____   |      |
| 11  |      |
| 1.2.1.2 Conteúdo _____  |      |
| 11  |      |
| 1.2.1.3 Os 4 poderes _____  |      |
| 12  |      |
| 1.2.1.4 O voto censitário _____                                   |      |
| 12  |      |
| 1.2.1.5 O alistamento eleitoral e a obrigatoriedade por lei _____ |      |
| 13  |      |
| 1.2.1.6 A Lei dos Círculos _____                                  |      |
| 14  |      |
| 1.2.1.7 A Lei do Terço _____                                      |      |
| 14  |      |
| 1.2.1.8 A Lei Saraiva _____                                       |      |
| 15  |      |
| 1.2.2 Constituição de 1891 _____                                  |      |
| 15  |      |
| 1.2.2.1 Histórico _____   |      |

|    |   |         |
|----|---|---------|
| 15 | 1.2.2.2 O Alistamento eleitoral   | _____   |
| 17 | 1.2.2.3 O Código Eleitoral Provisório de 1932                             | _____   |
| 17 | 1.2.2.4 O voto de cabresto  | _____   |
| 18 | 1.2.3 Constituição de 1934  | _____   |
| 18 | 1.2.3.1 Histórico   | _____   |
| 18 | 1.2.3.2 O voto para ambos os sexos  | _____   |
| 19 | 1.2.3.3 A Garantia constitucional do voto                                 | _____   |
| 19 | 1.2.4 Constituição de 1937  | _____   |
| 19 | 1.2.4.1 Histórico   | _____   |
| 20 | 1.2.4.1 A previsão constitucional do plebiscito                           | _____   |
| 20 | 1.2.5 Constituição de 1946  | _____   |
| 21 | 1.2.5.1 Histórico   | _____   |
| 21 | 1.2.5.2 A volta do sufrágio universal                                     | _____   |
| 22 | 1.2.6 Constituição de 1967  | _____   |
| 23 | 1.2.6.1 Histórico   | _____   |
| 23 | 1.2.6.2 A constitucionalização da quantidade de representantes por Estado | _____24 |
| 24 | 1.2.7 Constituição de 1969  | _____   |
| 24 | 1.2.7.1 Histórico   | _____   |
| 24 | 1.2.7.2 A restrição do voto direto  | _____   |
| 25 | 1.2.8 Constituição de 1988  | _____   |
| 25 |   |         |

|         |                            |    |
|---------|----------------------------|----|
| 1.2.8.1 | Histórico                  | 25 |
| 1.2.8.2 | O significado do Preâmbulo | 26 |
| 1.2.8.3 | Conteúdo                   | 27 |

## 2 OS PODERES CONSTITUINTES, OS LIMITES DE REFORMAR O DIREITO AO VOTO E OS DIREITOS POLÍTICOS 30

|           |   |    |
|-----------|---|----|
| 2.1       | O Poder Constituinte e o voto                             | 30 |
| 2.1.1     | Significado   | 30 |
| 2.1.2     | Poder Constituinte Originário                             | 31 |
| 2.1.3     | Poder Constituinte Derivado                               | 31 |
| 2.1.4     | Poder Constituinte Decorrente                             | 32 |
| 2.2       | Limites de Reformar o voto contidos nas cláusulas pétreas | 32 |
| 2.2.1     | O voto definido como cláusula pétrea                      | 33 |
| 2.3       | Direitos Políticos  | 35 |
| 2.3.1     | Direitos Políticos Positivos                              | 35 |
| 2.3.1.1   | Direito ao Sufrágio                                       | 35 |
| 2.3.1.1.1 | Direitos Políticos Ativos                                 | 36 |
| 2.3.1.1.2 | Direitos Políticos Passivos                               | 37 |
| 2.3.1.1.3 | Sistemas Eleitorais                                       | 38 |
| 2.3.1.1.4 | Procedimento Eleitoral                                    | 39 |
| 2.3.2     | Direitos Políticos Negativos                              | 39 |
| 2.3.2.1   | Inelegibilidade   |    |

39

2.3.2.2 Privação dos direitos políticos \_\_\_\_\_

41

**3 A REPRESENTAÇÃO E OS VOTO OBRIGATÓRIO E FACULTATIVO \_\_\_\_\_ 42**

3.1 Voto obrigatório \_\_\_\_\_

42

3.1.1 Significado \_\_\_\_\_

42

3.1.2 Vantagens do voto obrigatório \_\_\_\_\_

43

3.1.3 Desvantagens do voto facultativo \_\_\_\_\_

45

3.2 Voto facultativo \_\_\_\_\_

46

3.2.1 Significado \_\_\_\_\_

46

3.2.2 Vantagens do voto facultativo \_\_\_\_\_

47

3.2.3 Desvantagens do voto facultativo \_\_\_\_\_

49

3.3 A garantia da representação do povo \_\_\_\_\_

49

3.3.1 A evolução da representação na história política brasileira \_\_\_\_\_

49

3.3.2 Democracia e Representação \_\_\_\_\_

51

3.4 A problemática da legitimidade dos representantes \_\_\_\_\_

53

**CONCLUSÃO \_\_\_\_\_**

55

**REFERÊNCIAS \_\_\_\_\_**

57



## INTRODUÇÃO

O Brasil na sua história constitucional produziu um processo de sístole e diástole do direito de participação política do povo, desde a sua Independência de Portugal até a Redemocratização. O processo teve momentos marcados por movimentos sociais, que provocaram a proclamação da República, conflitos políticos que geraram o golpe de Getúlio Vargas, o retorno à democracia com o fim do Estado Novo, outro golpe antidemocrático e, por fim, a redemocratização que através de grande mobilização popular elegeu constituintes para criar a Nova Carta Constitucional que já dura 25 anos.

Estruturado em três capítulos, o trabalho de pesquisa apresenta as diferentes Constituições, o poder constituinte e os vários pontos de vista e modelos a respeito do voto e sua representação. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, de obras de Direito Constitucional, artigos de juristas e visita ao Tribunal Superior Eleitoral. Visita essa, onde além de consulta literária, foi possível verificar a importância do processo eleitoral no país, com todo o acervo de objetos, mobiliários, fotografias e documentos utilizados nos vários períodos da história política na exposição que apresentou o voto no Brasil.

No primeiro capítulo é abordada a evolução histórica das Cartas Magnas do Brasil, com ênfase no desenvolvimento dos direitos políticos e do processo político. Descreve-se que Constituição após Constituição, até os dias de hoje, direitos foram dados a determinadas parcelas da sociedade, direitos foram suprimidos a outros grupos sociais e, assim, foi sendo escrita a história constitucional do Brasil.

Uma evolução que não possui uma linha de progressão contínua. Com lapsos de autoritarismo, a cada vez em que a normalidade foi reestabelecida, os direitos políticos ganharam mais força e ampliaram mais o seu espaço. Como demonstra a conquista do direito de votar, desde os menos afortunados, até a diminuição da idade de 18 anos para 16 anos para o exercício desse mister. O Brasil tem tentado promover a integração da sociedade na vida política. E, assim, garantir a sua representação de maneira a legitimar os constituídos com o

maior número de eleitores possível.

Além disso, o progresso no sistema eleitoral é demonstrado com as mudanças de técnicas utilizadas para alistamento e forma de elaboração do pleito, e até na criação de código regulador do processo eleitoral. Os documentos utilizados na pesquisa foram as próprias Constituições reunidas no livro de Hélio Silva e nos conteúdos históricos de José Afonso da Silva, Uadi Lammêgo Bulos e Pedro Lenza, Walter Costa Porto, entre outros.

A pesquisa, em seu segundo capítulo, apresenta considerações a respeito do poder originário, precursor de todo o poder do país, e principal personagem da história política do Brasil. Apresenta toda a sistemática, que foi constituída pelo legislador, para delimitar a capacidade eleitoral ativa e passiva do eleitor. Descreve o sistema eleitoral vigente e as formas de perda dos direitos políticos.

Como destaque, a petrificação expressa na Constituição de 88 do voto secreto, direto, periódico e universal. Relevante para a garantia dos direitos individuais e coletivos. E as referências teóricas do segundo capítulo, incluindo os juristas do primeiro, foram de Gilmar Mendes e Paulo Branco, contribuições de artigos científicos e publicações do Instituto Legislativo Brasileiro.

No terceiro capítulo, foram apontados os diferentes prismas que refletem o voto. A dialética existente entre o dever e o direito ao voto. A análise das condições atuais que expõem o panorama político da democracia. Salienta-se o interesse pelo voto facultativo e, é pertinente apresentar as vantagens e desvantagens dos votos nas suas modalidades de compulsório e volitivo. E a correlação que aufere à representatividade e o impacto de mudanças no modelo do voto no desenvolvimento do país.

## 1 AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E A EVOLUÇÃO DO VOTO

### 1.1 0 conceito de Constituição

#### 1.1.1 0 significado do texto constitucional

Quando o povo, oriundo de uma colônia ou uma ditadura, se insurge contra o poder opressor, defronta-se com a necessidade de, através de seus representantes legitimados, reunir-se para organizar sua liberdade dentro do Estado soberano, cria-se um poder constituinte. É nesse momento que surge o trabalho de elaboração da nova Constituição, fruto da incansável luta popular em busca de direitos e liberdades até então negados ou limitados. Os representantes, Constituintes, munidos de redações de juristas, especialistas e constitucionalistas, em Assembléia, discutem e incluem o que o povo quer e precisa para, através desse trabalho constituinte legitimar, o texto que se pretende permanente para o país.<sup>1</sup>

#### 1.1.2 Os elementos constitucionais

Os elementos essenciais conceituais da Constituição exprimem o simples modo de ser do Estado. É a lei fundamental, organizada através de normas costumeiras e jurídicas, com o objetivo de regular a forma de Estado, a forma de governo, como adquirir e exercer o poder, como proceder o estabelecimento dos órgãos e as limitações que o Estado terá em suas ações.<sup>2</sup> No Estado Democrático de Direito a ideia é de que todo Estado através de sua Constituição deve, pela soberania popular, conter as regras das limitações do poder autoritário e dos direitos fundamentais.<sup>3</sup>

---

1 SILVA, Hélio. *As Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Lidador, 1985. p. 7-8.

2 SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 9ª ed. São Paulo: Malheiros LTDA, 1994. p. 39-40.

3 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 63.

### 1.1.3 O caráter dinâmico do conteúdo

Porém a Constituição em seu sentido estatal não abrange toda a ideia de seu conceito. Ela apresenta de forma mais amplificada uma conexão à realidade social, com conteúdo que se entrelaça entre indivíduo e normas. Um corpo complexo onde a parte jurídica deve ser apreciada em conjunto com a realidade social.<sup>4</sup>

Assim, com a dinâmica da vida social, o conteúdo das constituições vem se estendendo e o seu objeto se ampliando cada vez mais. Além de estabelecer a estrutura do Estado, a forma de organizar os órgãos, define o poder e como exercê-lo. Nos limites de sua atuação, são fixadas as garantias dos indivíduos, assegurando direitos fundamentais, consagrando o regime político e disciplinando os fundamentos da economia, da cultura e sociais.<sup>5</sup>

Desde a Constituição de 1934 ficou assentado, nessa e nas Constituições seguintes, que todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido. Mesmo a de 1988, ao estabelecer que o poder será exercido pelo povo através de seus representantes, caracterizou a importância do direito ao voto e de ser votado como elementos fundamentais para a democracia. A cada Constituição, observa-se o avanço dos direitos dos cidadãos, definindo a participação popular ativa na vida política do país, de forma cada vez mais ampla, alcançando todas as classes sociais, principalmente as que mais precisam das garantias fundamentais e individuais.

O voto destaca-se nas formas de exercício do poder do povo. As várias formas de exercê-lo no decorrer da história brasileira e sua evolução, através dos regimes políticos e das constituições do país, descreve a conquista de camadas da população que antes não tinham voz no Estado. Votar, atualmente, significa a forma de escolher os representantes do povo para ocupar os diversos poderes da máquina estatal onde os cargos são eletivos. São eles, os eleitos, que ocupam os cargos dos poderes executivos e legislativos nos âmbitos federais,

---

4 SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 9ª ed. São Paulo: Malheiros LTDA, 1994. p. 41.

5 SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 9ª ed. São Paulo: Malheiros LTDA, 1994. p. 23.

estaduais, e municipais.

Historicamente, observa-se que as primeiras constituições não contemplavam o povo de forma universal o direito ao sufrágio. Através dos vários regimes e governos o Brasil foi adquirindo maior autonomia e conquistando maiores espaços na participação política brasileira.

## **1.2 Constituições brasileiras e o voto**

### **1.2.1 Constituição de 1824**

#### **1.2.1.1 Histórico**

Portugal ao ser ocupado por tropas napoleônicas, levaram a família real portuguesa a se transferir para o Brasil. Passando de colônia a ser denominado Reino Unido a Portugal e Algarve, o Brasil tornou-se residência oficial de D. João VI, rei de Portugal. Em seguida, com a Revolução do Porto, o rei retorna a Portugal deixando D. Pedro Alcântara como Príncipe Regente das terras.<sup>6</sup>

Diversos acontecimentos intensificaram os movimentos pela independência do Brasil. Nesse momento, D. Pedro I que decide permanecer no país, declara a Independência do Brasil e logo após convoca a Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa. Porém, marcada por ideais liberais, ela é dissolvida pelo próprio D. Pedro I, tendo em vista divergências com suas pretensões autoritárias. Ele então, cria um Conselho de Estado para elaborar novo projeto de constituição em consonância com sua vontade <sup>7</sup>

Assim, a Constituição Política do Império do Brasil é outorgada em 25 de março de 1824. Sofre forte influência da constituição francesa de 1814 e, dentre as constituições brasileiras, foi a que durou mais tempo. Em seu conteúdo, a Constituição se apresenta

---

6 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 100.

7 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 101.

administrativamente e politicamente centralizadora, com o Poder Moderador constitucionalizado e exercido com o punho forte do Imperador.<sup>8</sup>

#### 1.2.1.2 Conteúdo

Destaca-se do texto constitucional do Império o artigo 3º com a forma de governo: “O seu Governo é Monarchico Hereditario, Constitucional, e Representativo.”<sup>9</sup> Caracterizado por importante centralização e apresentando a forma representativa que iremos estudar como forma de legitimar o poder.

Mas, seguindo a conceituação do conteúdo da Carta, a primeira Constituição do Brasil, além de imperialista, expressa como oficial a religião Católica Apostólica Romana e a liberdade de culto de forma discreta. Outro destaque: fica estabelecido o Rio de Janeiro como a capital do Império.

#### 1.2.1.3 Os 4 poderes

Na estrutura de poder, o Imperador era detentor do poder moderador. Em seu artigo 10º estavam reconhecidos pela Constituição do Império do Brasil quatro poderes: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo e o Poder Judicial.<sup>10</sup>

Contudo, a organização do poder legislativo era exercida por uma Assembléia-Geral composta por duas Câmaras, sendo uma o Senado e a outra a Câmara dos Deputados, com a sanção do Imperador.<sup>11</sup>

Ainda, há que se destacar que a Câmara dos Deputados era eletiva e temporária e o Senado era vitalício e nomeado pelo Imperador dentre uma lista tríplice enviada pela província. Já a forma eletiva do legislativo era indireta e o sufrágio censitário baseado em

---

8 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 101.

9 SILVA, Hélio. *As Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1985. p. 15.

10 SILVA, Hélio. *As Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1985. p. 15.

11 SILVA, Hélio. *As Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1985. p. 15.

determinadas condições econômicas e financeiras de seus titulares tanto para votar como para ser votado.<sup>12</sup>

#### 1.2.1.4 O voto censitário

No sufrágio censitário podiam votar somente aqueles que preenchiam os seguintes requisitos econômicos-financeiros: como eleitor de Província, aquele que tivesse renda de 200 mil-réis; deputado, com renda de 400 mil-réis. E, para o senador, teria que auferir a renda de 800 mil-réis. Com os requisitos elencados a Constituição de 1824 ganhou a alcunha de “Constituição da Mandioca”, pois garantia o direito ao voto somente aos produtores rurais onde a moeda era a farinha de mandioca que calculava a renda da sociedade.<sup>13</sup>

O Poder Executivo, era exercido pelo Imperador, através de seus Ministros, que não precisavam de apoio do parlamento. Mas, no segundo reinado do Imperador D. Pedro II, paulatinamente, foi-se instalando o parlamentarismo monárquico, caracterizado pelo poder de escolha dos ministros de forma indireta. No parlamentarismo monárquico existia um Presidente do Conselho de Ministros, de confiança do Imperador, que escolhia os demais ministros.

No entanto, juntamente com o Poder Executivo, o Imperador exercia o Poder Moderador que o assegurava no trono. O Imperador tinha a prerrogativa de convocar Assembléia Geral extraordinária, sancionava e vetava as proposições do legislativo e podia dissolver a Câmara dos Deputados, convocando imediatamente outra que a substituísse.<sup>14</sup> Conquanto, com suas prerrogativas monárquicas, pudesse sancionar ou vetar as proposições legislativas, haveria sanção automática se passados 8 anos, equivalentes a duas legislaturas do projeto aprovado e reapresentado pelo Poder Legislativo.<sup>15</sup>

Com a volta de Dom Pedro I para Portugal e sendo seu herdeiro Dom Pedro II menor de

---

12 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 102.

13 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 482.

14 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 102.

15 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 482.

idade, o Império foi governado por uma Regência Provisória. Com o Ato Adicional de 1834 estabeleceu-se nova Regência, chamada Regência Una, que governou durante a menoridade de D. Pedro II. Porém, com o golpe da maioridade, Dom Pedro II assumiu o poder antes dos 15 anos e permaneceu até a Proclamação da República em 1889.

#### 1.2.1.5 O alistamento eleitoral e a obrigatoriedade por lei

Entre 1824 e 1842 o alistamento eleitoral acontecia no dia das eleições nas paróquias, presidido por um juiz que era incumbido de identificar quem era ou não cidadão para participar do pleito. Aquele que era apto para votar, depositava sua relação de nomes com as profissões dos candidatos escritos em um pedaço de papel na urna. A igreja além de ser o local das eleições e alistamento dos cidadãos era palco de celebração da missa juntamente com as instruções relativas à eleição.<sup>16</sup>

No Segundo Império, a lei nº 387 de 1846 estipulou multas para os que não participassem da escolha de juízes de paz e vereadores, bem como aos que faltassem às reuniões dos colégios eleitorais, numa indicação de um começo do voto obrigatório, já no Império.<sup>17</sup> A lei eleitoral também previa data para as eleições em todo Império de maneira simultânea, sendo o primeiro domingo de mês de novembro do quarto ano legislativo, observando-se que poderia demorar por até 3 dias para chamada dos votantes faltosos.<sup>18</sup>

#### 1.2.1.6 A Lei dos Círculos

Posteriormente, o decreto imperial conhecido como Lei dos Círculos, de 1855, determinou o voto por distritos ou círculos. As províncias foram distribuídas em círculos eleitorais que elegiam um deputado por maioria absoluta. O sistema de distritos proibia que aqueles que estivessem a frente de certos cargos da administração pública se candidatassem. Isso propiciou a eleição de lideranças locais, como médicos e padres. Criticado, o sistema foi modificado na eleição seguinte restringindo para 3 o número de líderes locais que poderiam

---

16 MACIEL, Ana Rosa Reis. *Brasil: do voto de cabresto ao voto eletrônico*, 2010. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br>>

17 PORTO, Walter Costa. *Dicionário do Voto*. São Paulo: UnB. 1995. p. 374.

18 MACIEL, Ana Rosa Reis. *Brasil: do voto de cabresto ao voto eletrônico*, 2010. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br>>



ser eleitos para a Câmara dos Deputados.<sup>19</sup>

#### 1.2.1.7 A Lei do Terço

Nova modificação infraconstitucional acontece em 1875. A Lei do Terço, introduziu a participação da justiça comum no processo eleitoral e criou o título de eleitor, documento que identificava informações pessoais como, nome, idade, endereço, renda, profissão, elegibilidade e se o eleitor sabia escrever e ler. A lei estabelecia que o eleitor votava em 2/3 do número total dos que deveriam ser eleitos.<sup>20</sup>

#### 1.2.1.8 A Lei Saraiva

Por fim, em 1881 os círculos foram eliminados e a circunscrição eleitoral voltou para a totalidade da província para garantir a representação das minorias. A Lei Saraiva revolucionou com o estabelecimento de eleições diretas, voto secreto e a dispensa das cerimônias religiosas. O alistamento eleitoral passou a ser feito pelo judiciário.<sup>21</sup> Para garantir o sigilo do voto, toda uma estrutura foi montada para receber o eleitor. Um lugar separado com divisória para a votação, com cédula de papel sem marcas ou sinais que o identificasse. O voto era fechado com um rótulo referente ao cargo em disputa que deveria ser colocado em um envelope fechado e depositado na urna. O eleitor deveria assinar um livro de presença e, se não soubesse escrever, outro indicado por ele deveria assinar.<sup>22</sup>

### 1.2.2 Constituição de 1891

#### 1.2.2.1 Histórico

Com a queda do Império e a proclamação da República foi promulgada a Primeira Constituição Republicana do Brasil, em 24 de fevereiro de 1891. Tratava-se da Constituição

---

19 MACIEL, Ana Rosa Reis. *Brasil: do voto de cabresto ao voto eletrônico*, 2010. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br>>

20 MACIEL, Ana Rosa Reis. *Brasil: do voto de cabresto ao voto eletrônico*, 2010. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br>>

21 MACIEL, Ana Rosa Reis. *Brasil: do voto de cabresto ao voto eletrônico*, 2010. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br>>

22 MACIEL, Ana Rosa Reis. *Brasil: do voto de cabresto ao voto eletrônico*, 2010. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br>>

que estabeleceu a forma federativa do Estado como regime representativo. O presidencialismo se consagrou com a influência da Constituição Norte-Americana de 1787 e o modelo clássico de Montesquieu de tripartição de poder inaugura a nova Constituição da República do Brasil, extinguindo o Poder Moderador.

Surtem, então, os Estados Unidos do Brasil que acabam com as províncias e institui o Distrito Federal como capital do país, sendo o local o Rio de Janeiro, e ainda, demarca o Planalto Central como território que se estabelecerá no futuro a capital definitiva.<sup>23</sup>

Mudanças sinificativas se apresentam na Primeira Constituição Republicana, a religião deixa de ser oficial e é fixado o bicameralismo federativo. O Poder Legislativo, exercido pelo Congresso Nacional com sanção presidencial, é composto por duas casas sendo, Câmara dos Deputados e Senado Federal.<sup>24</sup> Os seus membros eram eleitos de forma direta: com deputados de mandatos de 3 anos eleitos por Estados e o Distrito Federal e senadores que representavam os Estados e o Distrito Federal, sendo eleitos apenas 3 por Estado e 3 pelo Distrito Federal, com mandatos de 9 anos e renovando-se o Senado pelo terço trienalmente.<sup>25</sup>

A propósito, o Poder Legislativo também foi estabelecido em âmbito estadual, tendo como curiosidade, nos Estados de São Paulo e Pernambuco o bicameralismo estadual caracterizado por duas casa estaduais: Câmara dos Deputados Estaduais e Senado Estadual.

O Poder Executivo era exercido pelo Presidente da República, que deveria ser eleito diretamente por sufrágio universal em votação direta e popular. Ao Congresso caberia escolher o Presidente somente se o candidato não alcançasse a maioria absoluta dos votos. Nesse caso, o Poder Legislativo elegeria, por maioria simples, um dentre os dois candidatos mais votados ao cargo.<sup>26</sup>

Junto com o Presidente, era eleito o Vice-Presidente para 4 anos de mandato, vedada a

---

23 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 105.

24 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 483.

25 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 106.

26 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 483.

reeleição para um período subsequente. Mesmo definido na Constituição de 1891, promulgada em 24 de novembro de 1891 que a eleição seria por votação direta e popular, o Presidente da Primeira República, foi eleito indiretamente, pelo Congresso Nacional, em 25 de novembro de 1891. Foram eleitos o Marechal Deodoro da Fonseca e seu Vice, Marechal Floriano Peixoto.

#### 1.2.2.2 O Alistamento eleitoral

Interessante notar que a Constituição de 1891 não proibia a mulher de votar. Em seu artigo 70, expressava que os eleitores compreendiam os cidadãos maiores de 21 anos. Para alistar-se na forma da lei, eles não poderiam ser mendigos, analfabetos, praças de pret, excetuando os estudantes de escola superior militar. Tampouco os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra, ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual. No parágrafo segundo, era expresso que aqueles que não poderiam se alistar não poderiam ser eleitos.<sup>27</sup>

Como se vê, na Constituição de 1891 qualquer cidadão de 21 anos podia votar. Entretanto, para ser eleitor precisava ser alistado eleitoralmente. Nesse ponto, foram impedidos de alistar-se e consequentemente de votar, vários seguimentos, dentre eles os analfabetos. Dessa forma, utilizou-se esse artifício para não contemplar o direito de votar às mulheres, já que grande parte delas, há época, não eram alfabetizadas.<sup>28</sup>

#### 1.2.2.3 O Código Eleitoral Provisório de 1932

As mulheres somente adquiriram o direito de votar com o Código Eleitoral Provisório de 1932, que quebrou a tradição de negar o voto feminino.<sup>29</sup> Esse mesmo Código viria trazer de forma ampla e definitiva a obrigatoriedade da inscrição do eleitor e do voto, quando

---

27 SILVA, Hélio. *As Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1985. p. 40.

28 BARBOSA, Luísa. *O Sufrágio Universal nas obras de Assis Brasil*. Disponível em: <assisbrasil.org/sufragio.doc.> Acesso em: 04 abr. 2013.

29 ELEITOR, GLOSSÁRIO ELEITORAL, TERMOS. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da->

definiu que nenhum cidadão, senão preenchidas as condições de ser inscrito e provasse sua inscrição, poderia ser eleito para qualquer mandato público ou nomeado para exercer mandato de ofício, emprego ou cargo público. Com o Código Eleitoral Provisório de 1932 foi criado o sistema proporcional que entendia ser importante a contagem dos votos em branco, aqueles que não são dados a ninguém, para a definição do quociente eleitoral. Este é determinado pela divisão do número de eleitores que compareceram às urnas dividido pelo número de vagas à preencher no círculo eleitoral, desprezada a fração.<sup>30</sup>

#### 1.2.2.4 O voto de cabresto

Nesse sentido, foi abolida a exigência de renda para ser eleitor ou candidato pela legislação eleitoral. Mas assegurado que aqueles cidadãos já alistados, mesmo analfabetos, da última legislação imperial, seriam incluídos automaticamente. Além disso, as eleições durante a República Velha apenas legitimavam o governo que era eleito com o apoio dos coronéis, que eram grandes fazendeiros, detentores dos empregos e cargos das cidades que utilizavam o voto como moeda de troca. Os eleitores temendo contrariar o interesse dos coronéis votavam em seus candidatos. As fraudes eram inúmeras, tanto no alistamento quanto no voto e apuração. <sup>31</sup>Este tipo de voto era o chamado voto de cabresto, porquanto os eleitores ficavam em *currais* aguardando a hora de votar e votavam em quem os coronéis indicasse.

### 1.2.3 Constituição de 1934

#### 1.2.3.1 Histórico

A primeira Constituição que em seu texto expressa que todo o poder emana do povo foi a de 1934. Na Carta, que sofreu forte influência da Constituição de Weimar, Alemanha 1919, ficam evidenciando os direitos democráticos sociais, direitos chamados de 2ª geração ou dimensão. Diante de crise econômica em 1929, a nova Constituição foi influenciada por

---

<sup>30</sup> PORTO, Walter Costa. *Dicionário do Voto*. São Paulo: UnB. 1995. p. 443.

<sup>31</sup> MACIEL, Ana Rosa Reis. *Brasil: do voto de cabresto ao voto eletrônico*. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com>>

movimentos sociais por melhores condições de trabalho.<sup>32</sup>

Mantida a forma representativa do governo, a tripartição do poder, o bicameralismo no Poder Legislativo, a Constituição de 1934 teve breve duração por ter sido abolida com o golpe de 1937. Destacou-se por constitucionalizar a legislação eleitoral. Teve na Câmara dos Deputados representantes do povo eleitos mediante sistema proporcional e sufrágio universal igual e direto e, também, de representantes eleitos pelas organizações profissionais na forma que a lei indicasse, demonstrando, nessa última forma, uma influência facista.<sup>33</sup> Já no Senado a competência se direcionava principalmente a matérias relacionadas à federação.<sup>34</sup>

Ditado pelos artigos 88 e 89, a coordenação dos poderes era realizada pelo Senado Federal e seus membros eram eleitos mediante o sufrágio universal, igual e direto, por oito anos, dentre os brasileiros natos, maiores de 35 anos, que pudessem se alistar e ser eleitores.<sup>35</sup>

#### 1.2.3.2 O voto para ambos os sexos

Diferentemente das constituições anteriores, na Constituição de 1934, os direitos dos eleitores são ampliados pela extensão do voto a ambos os sexos e redução da idade mínima para adquirir o direito de se alistar a partir dos 18 anos. Permaneceu restrição para quem não sabia ler ou escrever, para os praças de pret, mendigos e os privados de direitos políticos. Em outras palavras, é constitucionalizado o voto feminino com igual valor ao do masculino, e com a ressalva de que as mulheres deveriam exercer função pública remunerada, como estabelecido no artigo 109 da Carta Constitucional, que expressa a obrigatoriedade de alistamento tanto para homens como para mulheres, sujeito a sanções, respeitadas as exceções que a lei determinasse.<sup>36</sup>

#### 1.2.3.3 A Garantia constitucional do voto

---

32 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 111.

33 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 112.

34 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 112.

35 SILVA, Hélio. *As Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1985. p. 67.

36 SILVA, Hélio. *As Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1985. p. 70.

O Poder Executivo era tarefa do Presidente da República e seu Vice que juntos eram eleitos por sufrágio universal, direto, secreto de forma majoritária com mandato de 4 anos, sem possibilidade de reeleição. O voto secreto tornou-se assim garantia constitucionalizada, semelhante ao voto surgido em 1856 pela primeira vez na Austrália.<sup>37</sup>

#### 1.2.4 Constituição de 1937

##### 1.2.4.1 Histórico

Getúlio Vargas é eleito para governar o país de 1934 até 1938, um período conturbado com o forte antagonismo entre a direita facista e a esquerda com ideais socialistas e comunistas. Em razão da Intentona Comunista, o Presidente Getúlio Vargas decreta o estado de sítio que reprime fortemente os movimentos comunistas. Com o apoio do Congresso é decretado o estado de guerra e, para o governo conter um suposto golpe comunista, o presidente com o apoio de generais, dá o golpe ditatorial fechando o congresso e centralizando o poder. Foi então outorgada nova Constituição, chamada de polaca, em 10 de novembro de 1937 por Getúlio Vargas. Caracterizada pelo populismo, estabeleceu-se um governo forte, ditatorial, centralizado na pessoa de Vargas, denominado Estado Novo, com grande apelo para atrair apoio popular.<sup>38</sup>

Os pontos nucleares da Carta expressavam o poder concentrado na figura do Presidente da República que foi o principal revisor do texto. Nela, foi extinto o cargo de Vice-Presidente da República e os prefeitos eram nomeados pelo Governador do Estado. O Presidente foi considerado autoridade suprema que possuía imunidade penal no exercício de suas funções e era eleito por um Colégio eleitoral. O sufrágio universal de forma direta só aconteceria quando houvesse dois candidatos. Um indicado pelo próprio Presidente e outro pelo Colégio Eleitoral.<sup>39</sup>

##### 1.2.4.1 A previsão constitucional do plebiscito

---

37 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 113.

38 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 114.

39 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 485.

No texto da Constituição do chamado Estado Novo havia a previsão do bicameralismo que exerceria as funções legislativas através do Parlamento Nacional. O Senado deixaria de existir e sua função seria exercida pelo Conselho Federal. Os membros das casas legislativas que compunham o Parlamento Nacional, Câmara dos Deputados e Conselho Federal, seriam eleitos de forma indireta.<sup>40</sup> Os deputados, como representantes do povo, para mandato de 4 anos. E para mandato de 6 anos, como representantes dos Estados, os membros do Conselho Federal. Compunha ainda, o Conselho Federal, mais 10 membros nomeados pelo Presidente da República.<sup>41</sup>

É importante mencionar que nessa mesma Constituição, no artigo 178 das Disposições Transitórias e Finais ficaram dissolvidos a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembléias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais. Com o adendo de que eleições futuras para o novo parlamento seriam marcadas pelo Presidente da República, após o Plebiscito. Destaca-se no artigo 187, que a própria Carta deveria ser submetida a um plebiscito nacional nos termos da lei. Não ocorreram nem plebiscito, nem eleições parlamentares e a Constituição de 1937, ditatorial, durou até 1945.<sup>42</sup>

Na prática, o regime federativo nunca se deu. Os estados passaram a ser governados por interventores, nomeados pelo Presidente da República, que, por sua vez, nomeavam os prefeitos e vereadores.<sup>43</sup>

### 1.2.5 Constituição de 1946

#### 1.2.5.1 Histórico

Ao final da Segunda Guerra Mundial, houve uma onda de movimentos democráticos contra governos ditatoriais. O governo ditatorial de Vargas passou a sofrer oposição que redundou em sua deposição em 1945.

---

40 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 485.

41 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 115.

42 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 115.

43 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 115.

Naturalmente, os movimentos que repeliam o nazi-fascismo no mundo propiciaram a criação de novas constituições que retomassem os princípios constitucionais, como na Itália, França, Alemanha, Iugoslávia, Polônia etc.<sup>44</sup> Com a queda de Getúlio Vargas veio a primeira redemocratização do Brasil, com eleições diretas para Presidente da República elegendo o General Eurico Gaspar Dutra.<sup>45</sup>

A Nova Carta Constitucional foi promulgada em 18 de setembro de 1946, no momento histórico pós-guerra, propício a retomada dos princípios constitucionais abolidos pelos governos totalitários anteriores.<sup>46</sup>

Os Estados Unidos do Brasil mantêm-se sob o regime representativo e como República Federativa. Seus representantes voltam a ser, no Poder Legislativo, os Deputados Federais com mandatos de 4 anos e eleitos pelo sistema proporcional e os Senadores com 8 anos de mandato eleitos pelo sistema majoritário. O sistema proporcional oferecia vagas em proporção aos votos obtidos pelos partidos ou coligações partidárias e o majoritário o candidato que se elegia era o que recebesse mais votos.<sup>47</sup>

No Poder Executivo, o Presidente e Vice-Presidente também eram eleitos com mandatos de 5 anos e a inovação veio nas funções acumuladas de Presidente do Senado pelo Vice-Presidente da República como dita o artigo 61 da Constituição de 1946.<sup>48</sup>

#### 1.2.5.2 A volta do sufrágio universal

Restaura-se o sufrágio universal com voto direto e secreto realizado de forma obrigatória por eleitores que não fossem impedidos por lei. São eles: os brasileiros maiores de 18 anos de ambos os sexos. Repete-se como nas outras Cartas a vedação aos analfabetos e aqueles que não conseguem se expressar na língua nacional, os privados de direitos políticos de forma definitiva ou temporária. Seguindo sem poder se alistar os praças de pré,

---

44 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 485.

45 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 118.

46 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 485.

47 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 119.

48 SILVA, Hélio. *As Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Lidador, 1985. p. 147.



ressalvando os estudantes de escolas militares superiores, aspirantes a oficial, suboficiais, subtenentes e sargentos. E ainda, a Lei Maior menciona a importância de assegurar a representação proporcional dos partidos políticos nacionais.<sup>49</sup>

Adjetivada como uma constituição prolixa, a Constituição de 1946 teve muitas reformas constitucionais enquanto durou. Mas foi de extrema relevância para a retomada da democracia.<sup>50</sup>

### 1.2.6 Constituição de 1967

#### 1.2.6.1 Histórico

Essa Constituição surgiu após o Golpe Militar de 1964 realizado por um movimento dos militares que tomou o poder e derrubou o Presidente Jango. Inicialmente, para garantir o governo, os militares emendaram a Constituição de 1946. As mudanças foram feitas por Atos Institucionais. Foram estabelecidas eleições indiretas para Presidente, feitas pelo Colégio Eleitoral composto pelo Congresso Nacional e Delegados das Assembléias Legislativas dos Estados de forma aberta. O mandato do Presidente e seu Vice se alterou novamente para 4 anos e a inelegibilidade dos militares também foi alterada para legitimar a candidatura presidencial na ocasião.<sup>51</sup>

Promulgada sob regime militar, a Constituição de 1967 foi chamada de Constituição do Brasil. Teve no seu texto concentração de poder no âmbito federal, onde o Marechal Castello Branco, Presidente da República, desejava institucionalizar os princípios e ideais da revolução.<sup>52</sup>

Após as mudanças estabelecidas pelos 4 primeiros Atos Institucionais, o Presidente decreta o início dos trabalhos da nova Constituição que foi promulgada em 24 de janeiro de

---

49 SILVA, Hélio. *As Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1985. p. 157.

50 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 486.

51 SILVA, Hélio. *As Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1985. p. 177.

52 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 486.

1967. O governo era republicano e fortemente preocupado com a segurança nacional. Teoricamente, o federalismo ficou mantido na Carta. Mas, apesar de haver a tripartição dos poderes, o Executivo era quem comandava o país, ainda que mantivesse o discurso da plenitude democrática. Sua preocupação era manter as tradições do direito público e incorporar as modificações trazidas com as operações do governo revolucionário.<sup>53</sup>

No que tange ao Poder Legislativo, nota-se que, conquanto sob a égide da Constituição de 1967 sua competência tenha sido diminuída, foram mantidos o voto direto e secreto para a eleição dos membros de ambas as casas. Os deputados permaneceram com mandato de 4 anos e senadores com 8 anos com renovação alternada de 4 em 4 anos de 1/3 e 2/3.<sup>54</sup>

#### 1.2.6.2 A constitucionalização da quantidade de representantes por Estado

É importante salientar que a representação dos deputados se fortaleceu para os Estados menores. No artigo 41, § 2º, da Constituição, os termos indicavam que o número de deputados seria fixado por lei, observando que não poderia exceder de um para trezentos mil habitantes, limitados a vinte e cinco deputados e, além desse limite, teria um para cada milhão de habitantes.<sup>55</sup>

Na vigência do texto de 1967, a autonomia dos municípios na eleição direta e popular para prefeitos foi reduzida. Em 13 de dezembro de 1968, com o Ato Institucional de nº 5, houve a suspensão de direitos individuais e políticos de diversos cidadãos e o fechamento o Congresso Nacional.<sup>56</sup>

### 1.2.7 Constituição de 1969

#### 1.2.7.1 Histórico

---

53 SILVA, Hélio. *As Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1985. p. 203.

54 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 122.

55 SILVA, Hélio. *As Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1985. p. 216.

56 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 487.

Após quase um ano, os militares, não mais sob o comando do Presidente da República, Costa e Silva, que estava doente, decidem se manifestar por novo poder constituinte originário. Outorgam a Constituição de 1969 constitucionalizando todos os Atos Institucionais. No artigo 182 é mantido o AI-5 e os posteriores a ele. O nome da Carta é modificado para Constituição da República Federativa do Brasil.<sup>57</sup>

Contudo, o processo de constituição da Carta não ocorreu, tanto que ela é tratada como Emenda Constitucional nº 1/69, pois o Poder Constituinte Originário não foi instituído legitimamente. Na verdade, a emenda que tem função de reformar de forma localizada, foi dissociada do seu objetivo e a nova Carta trouxe o texto de 1967 quase na íntegra absorvendo os Atos Institucionais.<sup>58</sup>

#### 1.2.7.2 A restrição do voto direto

Dentre as mudanças, o mandato presidencial altera-se para 5 anos e as eleições de governadores de estados se transformam em indiretas. De sorte que a participação popular na escolha dos representantes se restringe ainda mais durante o governo militar.

Nesse contexto, o governo segue adiante. Restringe propagandas políticas. O Presidente coloca o Congresso em recesso, através do conhecido “pacote de abril de 1977” e edita emendas e decretos alterando a Constituição com a criação dos Senadores chamados de biônicos, eleitos por Colégio Eleitoral estadual com representação de 1/3 no Senado. Aumenta o mandato do Presidente da República para 6 anos e mantém a proporcionalidade de eleições para Deputados.<sup>59</sup>

Importantes mudanças surgem a partir de 1978. É revogado o AI-5 na sua totalidade e se restabelecem os direitos políticos. O Congresso adquire novamente previsão de impossibilidade de sua suspensão pelo Presidente da República. A redemocratização começa, assim, a se desenhar no governo Geisel conforme suas palavras de forma lenta, gradual e

---

57 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 124.

58 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 488.

59 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 124.

segura. E ganha força no governo seguinte do Presidente João Figueiredo. Surge o movimento “Diretas Já” a partir da emenda constitucional cognominada emenda Dante de Oliveira, com grande mobilização popular. Essa emenda, embora derrotada no Parlamento, acabou por conduzir a uma eleição indireta, em janeiro de 1985, com concorrentes civis pela primeira vez desde 1964.

### 1.2.8 Constituição de 1988

#### 1.2.8.1 Histórico

Ao final do governo do Presidente Figueiredo através de eleições indiretas foi eleito Tancredo Neves que faleceu antes de tomar posse, assumindo o governo o seu Vice José Sarney, em 1985.

O pleito de 1986 teve como objetivo, além dos governadores, eleger deputados e senadores para elaborar uma nova Constituição. Assim, os eleitos de 15 de novembro de 1986, 487 Deputados e 49 Senadores, e mais 23 dos 25 Senadores eleitos em 1982, totalizando 559 congressistas, deram início ao trabalho constituinte, em 1º de fevereiro de 1987, data da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, incluídos aí os senadores chamados biônicos. Os trabalhos concluíram com a promulgação da Nova Constituição em 5 de outubro de 1988.<sup>60</sup>

O Brasil, saído de um período de grande repressão política, teve no texto da nova Carta Constitucional, elaborado pelos constituintes de 88, o marco da redemocratização do país.

A participação popular foi maciça, tendo 5 milhões de pessoas circulado pelo Congresso Nacional durante sua elaboração. A meta de implantar um Estado Democrático, após o militarismo e a lenta e gradual abertura, vinha cheia de esperanças e expectativas.

---

60 OLIVEIRA, Mauro Márcio. *Fontes de Informações da Assembléia Nacional Constituinte de 1987*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/constituante/fontes.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2012.

### 1.2.8.2 O significado do Preâmbulo

O comando no preâmbulo da Constituição Federal de 1988 expressa os pressupostos ideológicos e diretrizes que o Estado brasileiro deve se inspirar para realizar novas normas e interpretar sua Carta. Nele está contida a norma filosófica da Constituição. Através da introdução proposta, o poder constituinte expôs os motivos e prescreveu como o exegeta deverá conduzir sua interpretação.<sup>61</sup>

Contrariamente foi o entendimento da Suprema Corte do Brasil. Na ADI 2.076-5-AC, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão, destacou a tese da irrelevância jurídica do preâmbulo constitucional. Certamente, com toda a vênia, não prosperam as asserções do relator. A prescritividade das significações são de elevada importância para as derivações que desencadeiam todas as normas infra-constitucionais.<sup>62</sup>

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.” <sup>63</sup>

Destaca-se no texto constitucional a primazia da sociedade plural que se opõe aos ditames de governos ditatoriais aceitando a sociedade de opiniões diversas, muitas vezes divergentes entre si, mas de forma a beneficiar a liberdade de pensamento.<sup>64</sup>

E é através do pluralismo político, um dos pilares do Estado brasileiro e tradução do

---

61 CARVALHO, Paulo de Barros. *O Preâmbulo e a prescritividadeconstitutiva dos textos jurídicos*. In: DANTAS, Bruno (Org.). *Constituição de 1988: Brasil 20 anos depois. Os alicerces da redemocratização. Volume 1*. Brasília: Senado Federal - Instituto Legislativo Brasileiro, 2008. p. 434-451.

62 CARVALHO, Paulo de Barros. *O Preâmbulo e a prescritividadeconstitutiva dos textos jurídicos*. In: DANTAS, Bruno (Org.). *Constituição de 1988: Brasil 20 anos depois. Os alicerces da redemocratização. Volume 1*. Brasília: Senado Federal-Instituto Legislativo Brasileiro, 2008. p. 434-451.

63 BRASIL, Constituição 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010.

64 BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal Anotada*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 87.

exercício da democracia, que a participação popular é bastante vasta. A sociedade tem liberdade de se envolver com atividades de partidos políticos, filiar-se às associações de classes, participar de sindicatos, ser membro de entidades religiosas. Pode organizar-se em universidades e envolver-se em organizações ou empresas, propiciando a formação de vários grupos de poder, podendo entrar em conflito entre si, mas objetivando o equilíbrio do poder do povo e do Estado.<sup>65</sup>

### 1.2.8.3 Conteúdo

No novo texto os Deputados e Senadores são eleitos por voto direto e secreto. A participação de Senadores biônicos que não tinham findado seus mandatos não tirou a legitimidade da Constituição Brasileira promulgada em 1988, pois foi inexpressiva diante da presença de 487 deputados constituintes.<sup>66</sup> Além disso os constituintes eleitos em 1986, convalidaram, pelo voto, o mandato dos chamados senadores biônicos.

A Constituição de 1988 trouxe o pluripartidarismo ampliado, com a legalização de partidos de esquerda. No artigo 14, § 1º da Carta Magna ficou ampliado o rol dos eleitores, incluindo de forma facultativa os analfabetos, menores de dezoito e maiores de dezesseis anos e os maiores de setenta anos. Propiciando maior participação popular. Segundo o § 3º do artigo 18 da Constituição:

“os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.”<sup>67</sup>

Foi o que ocorreu com os territórios do Amapá, Roraima, Rondônia que passaram a ser estados. A incorporação de Fernando de Noronha ao estado de Pernambuco e a criação do estado de Tocantins. E em 1990, o povo através de pleito totalmente aberto com voto direto e secreto em dois turnos, elegeu o novo presidente da República.

---

65 BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal Anotada*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 87.

66 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 489.

67 BRASIL, Constituição 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010.

Nos termos do artigo 2º dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, foi convocado plebiscito que decidiu em 1993 pela manutenção da república e do sistema presidencialista de governo. E ainda, no artigo 3º da ADCT previa a instalação dos trabalhos de revisão da Constituição.

Foi retomado o sistema de tripartição dos poderes, agora com o equilíbrio técnico dos freios e contrapesos, reduzindo o poder que nos governos passados se concentrava no executivo. O Poder Legislativo permaneceu sob a forma do bicameralismo com o Congresso Nacional exercendo o poder através das duas casas legislativas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. E o poder executivo é exercido pelo Presidente da República e seu Vice.<sup>68</sup>

O Presidente e seu Vice são eleitos pelo voto direto e secreto no sistema majoritário para mandato de 4 anos e com a Emenda nº 16/97, permitiu-se uma única reeleição. No poder legislativo por sua vez, os deputados são eleitos proporcionalmente com voto direto e secreto para mandato de 4 anos e os senadores são eleitos pelo sistema majoritário com voto direto e secreto para mandato de 8 anos sendo a renovação alternada de 4 em 4 anos de 1/3 e 2/3, repetindo o disposto nas últimas eleições.

Depois da Constituição de 1988, em se tratando de sufrágio universal, vale a pena salientar as modificações introduzidas pela Lei Complementar 135/2010, chamada Lei da Ficha Limpa, que tornou inelegíveis aqueles incursos nos impedimentos ali definidos.

Sob a vigente Constituição foram realizados vários pleitos presidenciais com voto direto, secreto e universal. O país experimentou a participação popular em debates amplos e a alternância de poder dos partidos. Vivenciou momentos de crise com o *impeachment* de um presidente e a violação do sigilo do painel do Senado Federal. Crises tratadas sob o manto da legalidade constitucional proporcionando um novo momento institucional brasileiro.<sup>69</sup>

---

68 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 129.

69 BARROSO, Luís Roberto. Vinte anos de constituição de 1988: a reconstrução democrática do Brasil. In: DANTAS, Bruno (Org.). *Constituição de 1988: Brasil 20 anos depois. Os alicerces da redemocratização. Volume 1*. Brasília: Senado Federal-Instituto Legislativo Brasileiro, 2008. p. 91-113.

Com o tempo veio a maturidade do país que consolidou suas instituições. Atualmente o Brasil goza de periodicidade nas eleições, os mandatos dos eleitos são cumpridos ou são substituídos na forma da lei. Os trabalhos legislativos são ininterruptos, o judiciário atua com maestria e as Forças Armadas são independentes do poder político. Consolidando-se, assim, a ideologia democrática brasileira, combinando estado de direito com a soberania popular.<sup>70</sup>

## 2 OS PODERES CONSTITUINTES, OS LIMITES DE REFORMAR O DIREITO AO VOTO E OS DIREITOS POLÍTICOS

### 2.1 O Poder Constituinte e o voto

#### 2.1.1 Significado

O Poder Constituinte originário é a força política que determina os fundamentos e disciplina o modo de convivência na nação. Uma autoridade desvinculada do direito preexistente, capaz de criar suas próprias regras vinculadas à nação, direcionando o povo com sua soberania ao seu próprio destino.<sup>71</sup>

O Poder Constituinte tem por finalidade atuação na criação, reforma e até mutação da Carta Constitucional.<sup>72</sup> A Carta de 1988 estabeleceu também a revisão do texto elaborado cinco anos depois. Trata-se da nação exercendo sua soberania. E seu papel é retumbante a cada vez que se instala uma Assembléia Nacional Constituinte para elaborar uma nova carta

---

70 BARROSO, Luís Roberto. Vinte anos de constituição de 1988: a reconstrução democrática do Brasil. In: DANTAS, Bruno (Org.). *Constituição de 1988: Brasil 20 anos depois. Os alicerces da redemocratização. Volume 1*. Brasília: Senado Federal-Instituto Legislativo Brasileiro, 2008. p. 91-113.

71 MENDES, Gilmar. BRANCO, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 117.

72 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 384.



de um Estado.

Classicamente o que define o Poder Constituinte, a finalidade da Assembléia Nacional, é o resultado da vontade de uma nação que se expressa em uma associação legítima que tenha como objeto a segurança comum, a liberdade para todos e a coisa pública. Associados reunidos que contribuem com suas vontades individuais para formar uma vontade comum.<sup>73</sup>

Nesse sentido, o artigo 1º, § único da CF/88 dá o tom da real fonte de poder, quando estabelece: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

#### 2.1.2 Poder Constituinte Originário

O titular do poder constituinte originário é o povo, não por sua vinculação étnica e cultural, mas pela titularidade representativa concedida a pessoas legitimadas politicamente, escolhidas para redigir documento definidor do ordenamento jurídico da nação. Pode agir através dos representantes para tal que não se sujeitam a qualquer outro poder. Exercem uma liberdade absoluta, expressam-se como lhes convier, com poder fundado em si mesmo, ilimitado e que não obedece a controle algum. Por isso caracterizado como inicial, autônomo e incondicional.<sup>74</sup>

O caráter inicial é atribuído ao poder constituinte originário porque é o ponto de partida do ordenamento jurídico. Ele não está incluído em nenhuma outra ordem jurídica e não é alcançado ou influenciado por direito anterior, daí dizer-se que ele é autônomo, observadas as referências dos valores do povo, sejam culturais, éticas e religiosas, para a motivação de suas ações. Afinal, ele expressa a vontade política de uma nação de forma incondicionada.<sup>75</sup>

---

73 VITÓRIO, Cristiane. *O que é o terceiro Estado?* Disponível em: < <http://www.slideshare.net/cristianevitorio/o-que-o-terceiro-estado-abade-emmanuel-abade-emmanuel-sieyes> > Acesso em: 15 nov. 2012.

74 MENDES, Gilmar. BRANCO, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.p.118.

75 MENDES, Gilmar. BRANCO, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva,

Nesse contexto, a crença que se repete, desde 1934, na expressão do artigo 1º, § único da CF/88 da autoridade soberana do povo, deve ser interpretada como a autoridade originária e todas as outras podem ser vistas como autorizadas e derivadas dela. Portanto, a fonte de poder do Estado nada mais é do que o conjunto de pessoas que formam a sociedade política, que é o povo. O ideário contido no artigo, que inicia o texto constitucional, se apresenta como orientador da prática política, sendo necessária a conexão dele com todo o conteúdo da Carta para promover a soberania popular.<sup>76</sup>

### 2.1.3 Poder Constituinte Derivado

A evolução da sociedade reclama ajustes no decorrer do tempo. As formas de mudanças concebidas na Constituição possibilitam a reforma e alteração do seu texto. O poder de reformar é, portanto, criação do poder constituinte originário que estabelece as regras e procedimentos com limitações das mudanças que poderão ser feitas na ordem constitucional. Em outras palavras, o poder constituinte derivado é subsidiário e portanto, não é inicial, nem ilimitado e nem incondicionado.<sup>77</sup>

A titularidade continua a pertencer ao povo e a Constituição Federal delimita o seu exercício no artigo 60, § 2º e 3º quando estabelece os agentes competentes para a sua reforma. São eles: os deputados e senadores que em suas casas legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal, votam as propostas discutidas em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada a emenda que obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros. E a emenda será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e Senado Federal, com o respectivo número de ordem.<sup>78</sup>

### 2.1.4 Poder Constituinte Decorrente

---

2011. p. 118.

76 REIS, Claudio Araujo. “Todo o poder emana do povo”: o exercício da soberania popular e a Constituição de 1988. In: DANTAS, Bruno (Org.). *Constituição de 1988: Brasil 20 anos depois. Os alicerces da redemocratização. Volume 1*. Brasília: Senado Federal - Instituto Legislativo Brasileiro, 2008. p. 255-273.

77 MENDES, Gilmar. BRANCO, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 134.

78 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 400.

Não se pode deixar de analisar a participação dos Estados-Membros no processo constituinte. A Constituição Federal assegurou a eles o poder de criar suas próprias constituições inspiradas na Lei Maior. O povo, reunido em âmbito estadual, através de seus representantes elaboram sua Carta Estadual dentro dos limites preestabelecidos pela Carta Magna.

O titular do poder constituinte decorrente é o povo do Estado-Membro ou do Distrito Federal.<sup>79</sup> O poder é exercido pelos Deputados Estaduais nas Assembléias Legislativas estaduais, ou pelos Deputados Distritais na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Todos eleitos periodicamente com votos diretos.

## **2.2 Limites de Reformar o voto contidos nas cláusulas pétreas**

As cláusulas pétreas estão consignadas no artigo 60, § 4º do Texto de 1988 e determinam que não será objeto de deliberação proposta de emenda constitucional que tende a abolir a forma federativa de Estado, limite que vem se repetindo desde a Carta de 1891, exceto na Carta de 1937; o voto direto, secreto, universal e periódico, ampliando a participação popular; a separação dos poderes, tornando a tripartição intocável; os direitos e garantias individuais, elencados no artigo 5º da Constituição e todos os mais qualificados como direitos econômicos, sociais, difusos, coletivos e individuais homogêneos.<sup>80</sup>

Dentro dos limites de reforma constitucional, além do procedimental, destacam-se os limites materiais. Com alguma frequência, levanta-se a polêmica de que ambos os poderes constitucionais originário e derivado são exercidos por representantes do povo. Se assim é, por que um seria subordinado ao outro? Como se justificaria que uma decisão tomada no passado não pudesse ser revista no futuro, tendo em vista novo consenso criado em torno do tema petrificado? <sup>81</sup>

---

79 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 416.

80 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 405.

81 MENDES, Gilmar. BRANCO, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 137.

O que justifica a perpetuidade das cláusulas pétreas é o argumento de que elas seriam a essência do projeto constitucional originário que se busca preservar. Enquanto as gerações seguintes considerarem que devem seguí-lo, permanecem concordando com as limitações. Anuindo com as imposições e prevenindo um processo de erosão da Constituição. Pois a finalidade das cláusulas pétreas é inibir a tentativa de abolir o projeto inicial.<sup>82</sup>

Elas alcançam não somente a impossibilidade de mudar o texto, mas a vedação de rompimento com os princípios e estruturas essenciais da Constituição. A imutabilidade das cláusulas pétreas preservam o cerne intangível da Lei Maior.

### 2.2.1 O voto definido como cláusula pétrea

Dentre os limites impostos pelo constituinte originário nas cláusulas pétreas, a garantia do voto direto, secreto, universal e periódico é o que proporciona a participação direta do povo na vida política do Estado. A escolha de representante para o Poder Executivo não pode ser objeto de voto indireto. Emenda constitucional não pode criar colégio eleitoral com esse objetivo, mesmo apresentada por agentes políticos eleitos pelo voto popular.<sup>83</sup> O voto direto, capacidade eleitoral ativa, é caracterizado por não haver intermediários entre o eleitor e candidato.

Impossibilitado de ser modificado ou suprimido o voto secreto, é um elemento fundamental do Estado Democrático de Direito. Exercendo essa prerrogativa o povo legitima sua representação. O constituinte também tornou o voto universal cláusula permanente, cristalizando os indivíduos aptos para participar do pleito. Portanto, não pode ser modificada a garantia do voto do analfabeto, daqueles que tem 16 anos até 18 e dos maiores de setenta anos. Dessa forma todos os contemplados, pelos constituintes originários, com a faculdade de participação no processo eleitoral através do voto, sempre serão habilitados para serem votantes.

---

82 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 138.

83 MENDES, Gilmar. BRANCO, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 144.

A periodicidade do processo eleitoral é cláusula pétrea, bem como os mandatos periódicos que asseguram a mutabilidade dos representantes, evitando que os cargos se tornem vitalícios ou hereditários. O mesmo acontece com a forma de governo do Brasil como República Presidencialista, definida no plebiscito de 1993, que também não permite modificação.<sup>84</sup>

Ressalte-se, ainda, que o sigilo do voto é garantia constitucional. O segredo do voto deverá ser garantido e preservado por providências elencadas legalmente. O eleitor terá uma cédula oficial para votar que impossibilite a sua identificação aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral. A cabine de votação deverá ser indevassável, para em segredo, o candidato ser escolhido. Deverá ser verificada a autenticidade da cédula, à vista das rubricas dos mesários e utilizada uma urna inviolável que não acumule os votos em sua ordem de depósito. Estes requisitos de proteção à inviolabilidade foram regulados no Código Eleitoral. Com a mudança tecnológica no processo eleitoral, através da urna eletrônica, os mecanismos de garantia também foram inseridos nos procedimentos por meio de programa de computador que resguarde as características da votação.<sup>85</sup>

## 2.3 Direitos Políticos

Dentro dos direitos e garantias fundamentais estão os direitos políticos que asseguram a participação do povo no processo eleitoral. Eles se subdividem em direitos políticos positivos e negativos, direito ao sufrágio e inelegibilidade respectivamente. A soberania popular será exercida pelo voto direto e secreto e pelo sufrágio universal, com igualdade de valor para todos. E, nos termos da lei, tanto pelo plebiscito como pelo referendo, mediante consulta popular e ainda através de projetos de lei de iniciativa popular.<sup>86</sup>

### 2.3.1 Direitos Políticos Positivos

---

84 MENDES, Gilmar. BRANCO, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 145.

85 MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 231.

86 BRASIL, Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2010.

O conjunto de normas jurídicas que asseguram e organizam a participação do povo no pleito eleitoral do Estado de forma legítima, sem que ocorra ilegalidades e garantindo o pluripartidarismo é chamado de direitos políticos positivos.

A essência dos direitos políticos positivos abrange todo o conteúdo que disciplina o processo de alistamento eleitoral, de elegibilidades, de sistemas eleitorais e os procedimentos que regulam os atos da prática política de representação.

#### 2.3.1.1 Direito ao Sufrágio

O direito de votar e ser votado participando ativamente da organização estatal é o chamado direito ao sufrágio. É a forma de escolher seus representantes ou candidatar-se para tal.<sup>87</sup> Ele é permitido apenas aos brasileiros natos e naturalizados. O constituinte de 1988 contemplou o direito ao sufrágio universal a todos os cidadãos capazes de se alistar independente de grupo, classe ou qualificação. Excluiu, contudo os conscritos do serviço militar obrigatório e estrangeiros, aos quais é vedado o alistamento, bem como restringiu ao analfabeto o direito de elegibilidade, mas, diferentemente de outras Constituições, garantiu o direito ao voto.<sup>88</sup>

O sufrágio é um direito fundamental que está ligado diretamente à liberdade de escolha e opinião, consagrando a democracia participativa e representativa. O cidadão exercendo o voto e participando do sistema sócio-político do país, garante a efetividade dos direitos sociais e econômicos que a população deseja alcançar.

##### 2.3.1.1.1 Direitos Políticos Ativos

O direito de votar não é uma garantia que se adquire automaticamente. É necessário o alistamento na Justiça Eleitoral, logo que se preencham os requisitos previstos na lei. Os indivíduos com 18 anos devem alistar-se compulsoriamente e, quando do fim da conscrição

---

87 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 841.

88 MENDES, Gilmar. BRANCO, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 744.

militar, também.<sup>89</sup> Permanece facultado o direito de votar aos analfabetos, àqueles com mais de 16 anos e menos de 18 e os maiores de 70 anos.

Do ponto de vista do valor, o voto se consolidou igualitário. Tanto para as mulheres como para os homens têm a Lei Maior atribuído ao voto de ambos o mesmo peso e medida e os votos de todos são escrutinados igualmente.

Apesar do voto direto ser uma garantia petrificada na Constituição, nas situações de vacância de cargos de Presidente e Vice-Presidente da República que podem ser estendidos para Estados e Municípios, o legislador regulou eleições diretas e indiretas.<sup>90</sup> Para preencher ambos os cargos deverá ser realizada eleição direta, em noventa dias depois de aberta a última vaga. Se a vacância ocorrer nos últimos dois anos de mandato presidencial, o Congresso Nacional deverá realizar eleição para preencher as vagas em trinta dias depois da última vaga, ou seja, eleição indireta. Os eleitos completarão os respectivos mandatos dos antecessores.<sup>91</sup>

#### 2.3.1.1.2 Direitos Políticos Passivos

Os direitos políticos não param por aí, eles abrangem as condições de elegibilidade que além de ser brasileiro nato ou naturalizado, como já dito, o poder constituinte definiu requisitos para organização política do processo. Iniciando pelo pleno exercício dos direitos políticos do pretense candidato, alistamento eleitoral obrigatório, necessidade de estar filiado a partido político, ter o domicílio eleitoral na circunscrição a que se quer candidatar e idade mínima para cada um dos cargos dos poderes eletivos. Ninguém poderá concorrer avulso sem a intermediação de agremiação política constituída na forma do artigo 17 da Constituição Federal.<sup>92</sup>

---

89 MENDES, Gilmar. BRANCO, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 744.

90 VAZ, José Ribamar Santos. Disponível em: <<http://www.amma.com.br/artigos~2,1457,,,hermeneutica-do-artigo-81-da-constituicao-federal>> Acesso em: 20 nov. 2012.

91 BRASIL, Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2010.

92 MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 233.

Dentro da busca de legitimar a representação, o poder constituinte originário autorizou a plena liberdade de associação para fins lícitos, nos direitos e garantias fundamentais. Abriu, assim, caminho para aqueles que quiserem se unir para organizar e discutir opiniões, interesses comuns e ideologias políticas para, de forma pacífica, reunir-se em partidos políticos. Os partidos políticos são o instrumento democrático no qual pessoas se reúnem com o desejo de, em nome de uma ideologia político-administrativa, influenciar a orientação do país.<sup>93</sup> A partir do momento que adquirem sua personalidade jurídica, na forma da lei civil, o TSE registrará seus estatutos e terão direito aos recursos do fundo partidário e tempo de rádio e televisão gratuitos, na forma da lei.<sup>94</sup>

Os requisitos são taxativos para a capacidade eleitoral passiva. Não se pode candidatar para cargo eletivo em Estado da Federação indivíduo que tenha domicílio diverso dele. O mesmo acontece com a idade mínima, àqueles que têm dezoito anos é permitido candidatar-se a vereador; os com vinte e um anos podem candidatar-se a deputado estadual, distrital, deputado federal, prefeito e vice-prefeito; os com trinta anos podem candidatar-se a governador e vice-governador de Estado ou do Distrito Federal; e com trinta e cinco anos a Presidente da República, Vice-Presidente da República e senador.<sup>95</sup>

Há ainda a elegibilidade contemplada àqueles que buscam uma única reeleição subsequente aos cargos majoritários de Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito. Prerrogativa concedida pelo constituinte derivado em emenda constitucional.

#### 2.3.1.1.3 Sistemas Eleitorais

As técnicas aplicadas à eleição fazem parte de sistemas eleitorais distintos para cada tipo de representação política. Os cargos eletivos do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal e os cargos do Senado Federal são regidos pelo sistema majoritário. Os cargos eletivos do Poder Legislativo Federal e Estadual são regidos pelo sistema proporcional.

---

93 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 891.

94 MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 24<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 266.

95 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 846.



No sistema majoritário o candidato que obtiver a maioria absoluta ou relativa de votos válidos no seu domicílio eleitoral será eleito para o cargo. A maioria absoluta para os cargos do Poder Executivo e a maioria relativa para o Senado Federal.<sup>96</sup>

O sistema proporcional que preenche as vagas legislativas, amplia a participação dos partidos políticos. As vagas de vereadores, deputados estaduais, distritais e federais serão distribuídas em proporção aos votos obtidos pelos partidos ou coligações partidárias. A partir dos votos apurados para determinada legenda, as vagas nas casas legislativas serão preenchidas pelos candidatos mais votados da lista do partido ou coligação, até o limite das vagas obtidas, segundo o cálculo do quociente partidário e distribuição das sobras.<sup>97</sup>

O quociente eleitoral é determinado dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração. São assim definidas, as vagas de deputados federais estaduais distritais e vereadores respectivamente, como comanda o artigo 106 do Código Eleitoral. Esse sistema propicia maior representação partidária, envolvendo diversidade de opiniões ensejando o pluralismo.

#### 2.3.1.1.4 Procedimento Eleitoral

Os procedimentos eleitorais são os atos praticados em todo o processo eleitoral. Alguns Tribunais Regionais Eleitorais editam manuais com a legislação eleitoral vigente com uma visão panorâmica para assessorar o corpo técnico da Justiça Eleitoral. Os atos compreendem a apresentação de candidaturas com o devido registro na Justiça Eleitoral, o escrutínio que engloba o processo desde a abertura da urna até a apuração dos votos e o contencioso eleitoral que é dirimido na Justiça Eleitoral.<sup>98</sup>

#### 2.3.2 Direitos Políticos Negativos

---

96 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 851.

97 ELEITOR, GLOSSÁRIO ELEITORAL, TERMOS. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos-iniciados-com-a-letra-s#sistema-eleitoral-proporcional>> Acesso em: 22 nov. 2012.

98 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 853.

Em contraponto aos direitos políticos positivos, existe o conjunto de normas constitucionais que restringem ao cidadão a prática política. São os direitos políticos negativos que têm o condão de privar da atividade político-partidária aqueles que não estiverem no gozo do direito de votar ou de ser votado.

#### 2.3.2.1 Inelegibilidade

Os direitos políticos negativos são as circunstâncias que impedem o cidadão de eleger-se. As restrições e impedimentos formulados pelo constituinte têm como escopo a probidade administrativa e a moralidade para o exercício do mandato. São consideradas para elegibilidade as circunstâncias previstas também em lei complementar. Tais como a vida pregressa do candidato e a normalidade do processo eleitoral. No período eleitoral são proibidos a influência do poder econômico e/ou o abuso do exercício da função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.<sup>99</sup>

As inelegibilidades absolutas são as constitucionais, previstas no artigo 14, § 4º da Constituição Federal. Ressaltando que estrangeiros e conscritos durante o serviço militar obrigatório não podem alistar-se, condição indiscutível para elegibilidade. Os analfabetos são alistáveis mas não possuem a capacidade eleitoral passiva<sup>100</sup>.

As inelegibilidades relativas presentes no Texto Constitucional, ocorrem em razão de função exercida, parentesco ou se o candidato for militar. Outros casos de inelegibilidade são definidos em lei complementar, consoante o artigo 14, § 9º da Constituição.

Dentre as restrições de elegibilidade por função, destaca-se a impossibilidade de terceiro mandato sucessivo para os cargos de Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal, Prefeitos e quem os houver substituído no curso do mandato.<sup>101</sup> A jurisprudência permite que um Vice reeleito, que tenha exercido interinamente, nos dois mandatos o cargo titular, pode candidatar-se para a sucessão do titular. Isto porque o

---

99 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 1131.

100 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 1132.

101 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 1132.

entendimento do Tribunal Superior Eleitoral define que somente sucede o titular quando exerce o mandato mediante eleição ou sucessão. 102

Na sequência das inelegibilidades por função é primordial a desincompatibilização daqueles que desejam candidatar-se para outros cargos. É o caso do Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos que devem até seis meses antes do pleito, renunciar aos respectivos mandatos.103

Para prevenir a perpetuidade no poder, a inelegibilidade relativa em razão do parentesco foi imposta na Constituição, com o objetivo de dar eficácia aos postulados republicanos e democráticos. Portanto, são inelegíveis o cônjuge e os parentes consanguíneos e afins, até segundo grau ou por adoção, tratando-se de mesma circunscrição, do Presidente da República, Governador de Estado ou do Distrito Federal e Prefeito. 104

A Lei Maior estabeleceu impedimentos também para membros das Forças Armadas e militares dos Estados e Distrito Federal. De outra parte o militar que pode ser alistável será elegível, devendo obedecer aos requisitos apontados na Constituição, em seu artigo 14, § 8 incisos I e II. Quais sejam: o militar que tenha menos de dez anos de serviço deverá afastar-se da atividade e o com mais de dez anos de serviço, será agregado a partir da sua candidatura até a diplomação, ou regressar ao seu posto de origem. Se eleito passará automaticamente com o ato da diplomação para a inatividade.105

Por fim, a Constituição Federal prescreveu ao legislador a criação de outras possibilidades de inelegibilidades por meio de lei complementar, como é o caso daqueles incursos na Lei da Ficha Limpa.

#### 2.3.2.2 Privação dos direitos políticos

---

102 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 1133.

103 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 1133.

104 LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 1134.

105 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 869.

Para o cidadão ser privado dos seus direitos políticos, o ordenamento jurídico apresenta situações definitivas ou temporárias. Em alguns casos a cidadania política é perdida e em outros ocorre uma suspensão por certo tempo.<sup>106</sup>

No Brasil, os casos de perda definitiva dos direitos políticos são o cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, escusa de consciência, aquisição de outra nacionalidade por naturalização voluntária e vício de consentimento. Os direitos políticos podem ser readquiridos se a hipótese de perda se encerrar. Nesse caso o cidadão retorna a condição anterior. Todavia os direitos políticos podem ser suspensos, nos casos de incapacidade civil absoluta, nos de improbidade administrativa e na condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem os efeitos tanto da interdição quanto da condenação.<sup>107</sup>

### 3 A REPRESENTAÇÃO E OS VOTO OBRIGATÓRIO E FACULTATIVO

#### 3.1 Voto obrigatório

##### 3.1.1 Significado

No decorrer da história política brasileira o voto era direito das camadas dominantes que possuíam poder econômico. Com o passar do tempo, através das mudanças constitucionais e políticas, o voto se estendeu a todos os cidadãos com mais de 21 anos que tivessem liberdades individuais. Nesse diapasão, foi abolida a renda mínima para ser eleitor, o analfabeto adquiriu

---

106 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 873.

107 BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 873.

o direito de votar de forma facultativa e o voto feminino se estabeleceu.

Conquanto fossem estabelecidos avanços, houve também recuos como na Carta de 1937 e no período do governo militar. A Carta de 1988, trouxe consigo grande simbolismo direcionando os constituintes ao objetivo de ampliar a participação do povo brasileiro na prática cívica. E, para expressar sua vontade, os cidadãos brasileiros teriam a obrigatoriedade de ser votante, sendo estipulado na Constituição Federal os requisitos que deveriam ser atendidos. E não somente isso; os brasileiros adquiriram o direito de sufrágio universal.

Na regra do sistema jurídico brasileiro, o voto preconizado no artigo 14, § 1º, inciso I da Carta Cidadã de 1988 como obrigatório para maiores de 18 anos caracteriza o exercício do direito de sufrágio do cidadão brasileiro como um dos pilares da República. Ele se exprime nas formas de plebiscitos, eleições e referendos constituindo a manifestação da vontade do eleitor, e revestido das garantias da legalidade política expressa a soberania do povo. É um direito-dever que tem com principal característica proporcionar a inserção do cidadão na vida política com a função de instrumentação do povo. E aquele que não comparece sofre as penalidades impostas no artigo 7º, § 1º do Código Eleitoral.

Tradicionalmente o voto obrigatório é adotado, da mesma forma que no Brasil, pela Argentina, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai, Equador e Bolívia na América do Sul. E ainda em outros países latinos como: Costa Rica, Guatemala, México, Panamá e Venezuela. Também, através do mundo, na Itália, Bélgica, Grécia e Austrália dentre outros.<sup>108</sup> Muitos deles não adotam punição para quem se abstém por considerar a atuação nas eleições como um dever moral.

### 3.1.2 Vantagens do voto obrigatório

Analizada a evolução do voto no Brasil, uma das vantagens do voto obrigatório é ter como escopo o dever do cidadão conjugado ao poder do eleitor. O voto apresenta-se como

---

108 SANTOS, Antonio Augusto Mayer dos. *Voto facultativo ou obrigatório?* Disponível em: <<http://colunas.cbn.globoradio.globo.com/platb/miltonjung/2011/04/11/voto-facultativo-ou-obrigatorio/>> Acesso em: 29 jan. 2013.

uma conquista recente na história brasileira que garante, com a imposição ao comparecimento dos eleitores às urnas, a representação legítima do povo através da vontade da maioria. Legitimando a eleição, amparada por todo o rito processual determinado pela Lei Maior e suas regulamentações, com participação maciça da população, o processo se consolida e fortalece as instituições políticas. Resultando no amadurecimento da sociedade e na credibilidade governamental.

Outro ponto importante é que o voto obrigatório tornou-se norma constitucional em 1934, após ser implantado no Código Eleitoral de 1932. O objetivo da norma era dar credibilidade ao processo eleitoral impondo a presença dos eleitores nas eleições.<sup>109</sup> Com isso favorecendo a estabilidade político-institucional.

No que tange a característica demográfica, o Brasil era um país rural à época da instituição do voto obrigatório e a comunidade votante era diminuta. Razão pela qual houvesse a preocupação de que com a pequena participação da população fosse questionada a legitimidade do processo eleitoral.<sup>110</sup>

Votar traduz-se no ato de escolher os seus dirigentes e representantes provocando no eleitor o dever de refletir sobre o seu destino. Determinando assim, um meio de educação cívica, que periodicamente é praticada de forma ativa pelo eleitor. Educação que nada mais é do que a inclusão social. Sob esse prisma o voto deveria ser obrigatório para todos os eleitores, assim como a educação é obrigatória para todas as crianças. Esse entendimento leva aqueles que o defendem a afirmar que, se os que deixam as crianças sem escola são punidos, pela mesma razão, deveriam ser punidos os que não votam.<sup>111</sup> Nesse mesmo sentido ao cidadão é imposto o serviço militar, o pagamento de impostos, etc. Obrigações essenciais ao

---

109 OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. *Voto obrigatório e equidade um estudo de caso*. Disponível em : <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88391999000400016&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88391999000400016&script=sci_arttext)> Acesso em: 09 mar. 2013.

110 MAGELA, Geraldo. *Projeto de Decreto Legislativo.PDC 387/2007*. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=515791&filename=PDC+384/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=515791&filename=PDC+384/2007)> Acesso em : 09 mar. 2013.

111 LUSTOSA, Isabel. *Em Defesa do Voto Obrigatório*. Disponível em: <<http://www.est.adao.com.br/noticias/impresso,em-defesa-do-voto-obrigatorio,573046,0.htm>> Acesso em: 01 fev. 2013.

vigor do Estado de Direito. Logo, como todo o poder emana do povo, é irrenunciável sua condição de partícipe no processo eleitoral para escolha dos representantes.<sup>112</sup>

A coletividade introduzida no processo eleitoral contribui para debates e aprimoramento da administração pública. No decorrer da história constitucional o direito ao voto foi alcançando camadas da população que sequer tinham vontade política. Com o alistamento eleitoral e a prática dos direitos políticos nos negócios do Estado, a democracia tem se materializado.

Esse enfoque de cidadania ativa é a ação política que introduz o cidadão no mundo, visando a sua familiarização com ele, pois, sem isso, não surge o interesse de preservar e se responsabilizar com o seu destino, ou ainda, de legar uma contribuição mesmo que seja singular.<sup>113</sup>

A prática do voto corresponde sem sombra de dúvidas a uma conquista e não causa nenhum prejuízo ao eleitor. Não o onera ou ao país, tampouco priva o cidadão de sua liberdade. Com o fim da compulsoriedade o nível de participação teria uma perda substancial.<sup>114</sup> A obrigação de comparecer as eleições inibe a abstenção e coopera com um maior número de eleitores presentes no processo.<sup>115</sup>

O desenvolvimento da liberdade, pregado pelo ideal clássico democrático, que deseja a participação e envolvimento muito marcado dos cidadãos na comunidade política, têm motivado o sentimento de frustração. Sentimento esse, decorrente da verificação de variação da intensidade de participação dos cidadãos em diversas nações, e o pouco engajamento da

---

112 SANTOS, Antonio Augusto Mayer dos. *Voto facultativo ou obrigatório?* Disponível em: <<http://colunas.cbn.globoradio.globo.com/platb/miltonjung/2011/04/11/voto-facultativo-ou-obrigatorio/>> Acesso em: 29 jan. 2013.

113 FURTADO, Marcelo Gasque. *A formação do cidadão conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 2010. 147 f. Tese Mestrado. Mestrado em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

114 SOARES, Paulo Henrique. Vantagens e desvantagens do voto obrigatório e do voto facultativo. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília. a.41 nº161 jan/mar 2004.

115 OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. *Voto obrigatório e equidade um estudo de caso*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88391999000400016&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88391999000400016&script=sci_arttext)> Acesso em: 09 mar. 2013.

população em organizações políticas. Essas observações levam alguns cientistas políticos a afirmarem não haver indivíduos independentes e com consciência política nas democracias mais estáveis do mundo ocidental.<sup>116</sup> Essa é uma característica também identificada no território brasileiro. Sob esse entendimento, não se pode deixar de considerar que o voto obrigatório é um instrumento de engajamento e de manifestação de vontade política.

O artigo 1º, inciso II da Constituição Federal inclui, entre os fundamentos do Estado Democrático de Direito, a cidadania. Esta se adquire com o alistamento eleitoral e a prática dos direitos políticos, mediante diversos atos praticados com a participação nos negócios do Estado. Tradicionalmente a América Latina adota o voto obrigatório que no Brasil não tem causado nenhum transtorno à democracia ou aos cidadãos brasileiros.<sup>117</sup>

### 3.1.3 Desvantagens do voto obrigatório

Há quem entenda que o eleitor, compelido à comparecer às urnas, não tem o voto livre por não possuir a faculdade de comparecimento na seção eleitoral.<sup>118</sup> Inclusive caracterizando a compulsoriedade como cerceamento da liberdade de consciência e da vontade.<sup>119</sup> Também que o voto compulsório alcança o seu objetivo, o comparecimento às eleições, mas não representa muito em participação efetiva.<sup>120</sup>

Dissociando as características do voto como direito e dever do cidadão, os contrários ao voto obrigatório entendem que o voto deve ser exercido com liberdade e, que os eleitores que não o fazem, não deveriam ter contra si sanção alguma. Consideram inconciliáveis com a

---

116 OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. *Voto obrigatório e equidade um estudo de caso*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88391999000400016&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88391999000400016&script=sci_arttext)> Acesso em: 09 mar. 2013.

117 SOARES, Paulo Henrique. Vantagens e desvantagens do voto obrigatório e do voto facultativo. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília. a.41 nº161 jan/mar 2004.

118 ANDRADE, Rita de Cássia. *Voto facultativo – Essencial Instrumento da Democracia*. Disponível em: <[http://www.tribunaforense.com/artigosrc.asp?articles\\_ownerPage=2&artigo\\_id=7](http://www.tribunaforense.com/artigosrc.asp?articles_ownerPage=2&artigo_id=7)> Acesso em: 29 jan. 2013.

119 ANDRADE, Rita de Cássia. *Voto facultativo – Essencial Instrumento da Democracia*. Disponível em: <[http://www.tribunaforense.com/artigosrc.asp?articles\\_ownerPage=2&artigo\\_id=7](http://www.tribunaforense.com/artigosrc.asp?articles_ownerPage=2&artigo_id=7)> Acesso em: 29 jan. 2013.

120 OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. *Voto obrigatório e equidade um estudo de caso*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88391999000400016&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88391999000400016&script=sci_arttext)> Acesso em: 09 mar. 2013.



democracia as penalidades impostas na forma da lei pelo não comparecimento.<sup>121</sup>

Contra si, o voto compulsório tem historicamente ligação com Estados totalitários, governos associados a golpes de estado, intervenções militares, que instituíram o voto obrigatório para aparentar participação do povo e legitimar seus governos.<sup>122</sup>

E por fim, considerações contrárias ao voto obrigatório chegam a rotulá-lo como um retrocesso democrático, delimitado aos interesses dos que desonram a liberdade humana e são mercadores da consciência.<sup>123</sup>

### 3.2 Voto facultativo

#### 3.2.1 Significado

O voto facultativo adotado no Brasil é direito dos analfabetos, dos maiores de 16 anos e menores de 18 anos e dos maiores de 70 anos. Esse direito ampliou a participação ativa do cidadão no destino do país e foi introduzido pela Constituição Federal de 1988. Ele dá ao eleitor a faculdade de participar ou não do pleito. É uma forma de iniciar o jovem na vida política em contraponto à disponibilidade do idoso de comparecer às urnas.

Trata-se de um direito subjetivo através do qual o cidadão, de acordo com sua consciência, participa ou não da vida política do seu país. Visto como um direito político-social é adotado em países como Canadá, Estados Unidos e Grã-Bretanha, entre outros.

O voto representa a vontade autônoma do eleitor que é titular de uma fração da soberania. O povo na sua totalidade exerce a soberania do país e, sendo o voto a expressão

---

121 ANDRADE, Rita de Cássia. *Voto facultativo – Essencial Instrumento da Democracia*. Disponível em: <[http://www.tribunaforense.com/artigosrc.asp?articles\\_ownerPage=2&artigo\\_id=7](http://www.tribunaforense.com/artigosrc.asp?articles_ownerPage=2&artigo_id=7)> Acesso em: 29 jan. 2013.

122 < <http://www.webartigos.com/artigos/o-voto-no-brasil/20344/> >. 01 fev. 2013.

123 VIEIRA, Francisco Xavier Medeiros. Disponível em: <[http://www.tre-sc.jus.br/site/resenha-eleitoral/edicoes-impressas/integra/arquivo/2012/junho/artigos/a-experiencia-do-voto-facultativo-como-expressao-da-cidadania/indexccef.html?no\\_cache=1&cHash=78351104f45de72d29123f86244df2de\\_](http://www.tre-sc.jus.br/site/resenha-eleitoral/edicoes-impressas/integra/arquivo/2012/junho/artigos/a-experiencia-do-voto-facultativo-como-expressao-da-cidadania/indexccef.html?no_cache=1&cHash=78351104f45de72d29123f86244df2de_)> Acesso em: 29 jan. 2013.

desta vontade, ele é um direito.<sup>124</sup>

Fonte inesgotável de discussões, o voto têm inúmeros projetos para mudança do seu perfil. Desde o atual de dever, para apenas o de direito de votar. Algumas propostas pretendem a realização de plebiscito que decida sobre a adoção do voto obrigatório ou do voto facultativo.<sup>125</sup>

### 3.2.2 Vantagens do voto facultativo

A prática do voto como uma liberdade de expressão é vista como vantagem pelos defensores do voto facultativo. Que o voto é um direito subjetivo suprimindo o que se compreende como dever cívico, e deve partir da consciência do cidadão de praticá-lo ou abster-se, sem suportar qualquer penalidade oriunda do Estado.<sup>126</sup>

Contribuindo para a defesa do voto volitivo, está a ideia de que o pleito teria uma qualidade melhor de eleitores, os quais seriam cidadãos interessados e motivados para a participação eleitoral. Reconhece-se que, em lugares de extrema pobreza, o voto de cabresto teria sua ocorrência, amparado pelo interesse do chefe político da região em eleger o representante que apoia. Mas, em compensação, os níveis de votos nulos ou brancos se reduziriam, refletindo um corpo eleitoral engajado na defesa das propostas dos partidos ou candidatos.<sup>127</sup>

Segundo entendimento favorável ao voto facultativo, o eleitor que é compelido à comparecer às eleições e expressar seu voto, sem nenhum interesse no pleito, acaba sendo isca da boca de urna. Essa é promovida pelo poder econômico que mobiliza os aliciadores de

---

124 VALVERDE, Thiago Pellegrini. *Voto no brasil*. Disponível em:

<<http://jus.com.br/revista/texto/8282/voto-no-brasil>> Acesso em: 11 abr. 2013.

125 MAGELA, Geraldo. *Projeto de Decreto Legislativo.PDC 387/2007*. Disponível em:

<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=515791&filename=PDC+384/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=515791&filename=PDC+384/2007)> Acesso em: 09mar. 2013.

126 SOARES, Paulo Henrique. Vantagens e desvantagens do voto obrigatório e do voto facultativo. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília. a.41 n°161 jan/mar 2004.

127 SOARES, Paulo Henrique. Vantagens e desvantagens do voto obrigatório e do voto facultativo. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília. a.41 n°161 jan/mar 2004.

votos, prática combatida pela justiça eleitoral. Aquele eleitor que não acompanhou o processo e apenas deseja se esquivar das sanções previstas em lei, sem conhecer os candidatos, termina votando em branco ou anula o seu voto. Ou ainda, vota em candidatos que não conhece.<sup>128</sup>

Na mesma linha, o sistema de voto facultativo já é adotado por diversos países da Europa, no Japão, Índia, América do Norte e alguns países da América Latina. Democracias consolidadas que, mesmo com o baixo comparecimento dos eleitores às urnas, seus eleitos não têm sua legitimidade afetada.<sup>129</sup>

As transformações sociais e econômicas que o Brasil sofreu nas últimas décadas, como o crescimento dos centros urbanos e ampliação dos meios de comunicação, são consideradas como favoráveis e propícias ao pleno exercício da cidadania, capazes de desvincular o eleitor do coronelismo histórico que era presente em todo o país.<sup>130</sup> E, consequentemente, ter o direito e não o dever de votar.

Em 1995, proposta de emenda constitucional apresentada com a intenção de facultar o voto e o alistamento eleitoral, demonstrou que na eleição anterior aquele ano o índice de abstenções, votos nulos e brancos tinha atingido os 55%.<sup>131</sup> Constatação que evidencia a necessidade de mudança no processo eleitoral.

### 3.2.3 Desvantagens do voto facultativo

No caso de facultar o voto há entendimento desfavorável por questão sociológica. Culturalmente o brasileiro não se interessa por política ou ideologias. O eleitor vai às urnas com o objetivo de liquidar com sua obrigação, sem exprimir sua vontade nem se dar conta que

---

128 SOARES, Paulo Henrique. Vantagens e desvantagens do voto obrigatório e do voto facultativo. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília. a.41 nº161 jan/mar 2004.

129 ANDRADE, Rita de Cássia. *Voto facultativo – Essencial Instrumento da Democracia*. Disponível em: <[http://www.tribunaforense.com/artigosrc.asp?articles\\_ownerPage=2&artigo\\_id=7](http://www.tribunaforense.com/artigosrc.asp?articles_ownerPage=2&artigo_id=7)> Acesso em: 29jan. 2013.

130 SOARES, Paulo Henrique. Vantagens e desvantagens do voto obrigatório e do voto facultativo. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília. a.41 nº161 jan/mar 2004.

131 CAMATA, Rita. Proposta de Emenda à constituição nº 43, de 1995. *Diário Congresso Nacional*, Brasília. 29 abr. 1995. seção I.

com o seu voto pode melhorar o país. Através do candidato que correspondesse aos seus anseios de condições melhores, ele poderia optar pela mudança que realmente traria solução para enúmeros problemas enfrentados no dia a dia. Mas com o voto facultativo aqueles eleitores de classe baixa teriam em suas mãos o poder de resolver seus problemas reais no dia da eleição.<sup>132</sup>

No que se refere a legitimidade dos eleitos pelo voto facultativo, os contrários a ele acreditam que a aceitação do candidato eleito pelo restante da população que não praticou o voto não seria a mesma comparada a eleição realizada com o voto obrigatório. O voto facultativo promove um número elevado de abstenções na votação que favorece os partidos com militância vigorosa. Ainda, desfavorável ao voto facultativo, a observância da possibilidade de compra de voto como estímulo ao comparecimento.<sup>133</sup>

Diante da possibilidade de optar ir ou não votar o eleitor poderá simplesmente não querer ir, ou por questão religiosa também não comparecer, ou por ideologia evitar, ou ainda, por se sentir revoltado com o “status quo” rejeitar participar das eleições.<sup>134</sup> Comportamento que prejudica o grau de representatividade dos eleitos.

### 3.3 A garantia da representação do povo

#### 3.3.1 A evolução da representação na história política brasileira

Nos tempos imperiais mesmo havendo eleições, os representantes políticos não eram o reflexo do povo, mas da elite considerada cidadã. Antes da proclamação República, a elite intelectual considerava inaptos para exercer a cidadania os analfabetos e mestiços. Também entendia que ampliar os direitos políticos à toda população era utópico e algo a ser atingido no futuro e, de acordo com esse entendimento, com o progresso da humanidade sem intervenção

---

132 ALMEIDA, Natália Droichi de. *Voto facultativo*. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6622/Voto-facultativo>> Acesso em: 29 jan. 2013.

133 ALMEIDA, Natália Droichi de. *Voto facultativo*. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6622/Voto-facultativo>> Acesso em: 29 jan. 2013.

134 VALVERDE, Thiago Pellegrini. *Voto no brasil*. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8282/voto-no-brasil>> Acesso em: 11 abr. 2013.

política é que as desigualdades desapareceriam.<sup>135</sup>

Em seguida, com a proclamação da República, permaneceu a visão de dever do voto que deveria ser um ato praticado por capazes de tal função social. Com isso, a participação do povo continuou, do Império para a República, excluída de grande parcela da população. Dentre eles os analfabetos, os mendigos, as mulheres, os menores de 21 anos, os praças de pré e representantes de ordens religiosas.<sup>136</sup>

Embora, na primeira República, tenha sido abolida a exigência de comprovação de renda para ser eleitor, o número de alistados sofreu uma grande queda com a proibição do voto dos analfabetos que atingiu, principalmente, a população negra liberta em 1888.<sup>137</sup>

Foi uma experiência política cercada de fraudes e muita violência, mas que permitiu relativa circulação de elites, proporcionando competição e renovação no cenário político que acabou desembocando na Revolução de 1930. Com essa Revolução, as práticas participativas foram reduzidas. Um governo provisório foi estabelecido e o Presidente Getúlio Vargas governou de forma centralizada e ditatorial.<sup>138</sup> Em 1934 foi promulgada nova Constituição que estabelecia o voto direto. Apesar disso, Getúlio foi eleito indiretamente para governar até 1938. Antes disso, entretanto, em 1937, o Presidente fechou o Congresso, estabeleceu o Estado Novo, com poderes ditatoriais com os quais governou até 1945. Os estados eram governados por interventores nomeados pelo Presidente da República e os prefeitos eram nomeados pelos governadores. Não houve portanto, nesse período, qualquer garantia de representação direta do povo.

---

135 CAJADO, Ana Ferrari Ramos. *Exclusões e inclusões em eleições com cidadãos de diferentes qualidades*. Tribunal Superior Eleitoral e Fundação Armando Alvares Penteado - Exposição. *Voto no Brasil - Uma história de EXCLUSÕES e INCLUSÕES*. Brasília. 19 abr. 2013.

136 CAJADO, Ana Ferrari Ramos. *Exclusões e inclusões em eleições com cidadãos de diferentes qualidades*. Tribunal Superior Eleitoral e Fundação Armando Alvares Penteado - Exposição. *Voto no Brasil - Uma história de EXCLUSÕES e INCLUSÕES*. Brasília. 19 abr. 2013.

137 CAJADO, Ana Ferrari Ramos. *Exclusões e inclusões em eleições com cidadãos de diferentes qualidades*. Tribunal Superior Eleitoral e Fundação Armando Alvares Penteado - Exposição. *Voto no Brasil - Uma história de EXCLUSÕES e INCLUSÕES*. Brasília. 19 abr. 2013.

138 CAJADO, Ana Ferrari Ramos. *Exclusões e inclusões em eleições com cidadãos de diferentes qualidades*. Tribunal Superior Eleitoral e Fundação Armando Alvares Penteado - Exposição. *Voto no Brasil - Uma história de EXCLUSÕES e INCLUSÕES*. Brasília. 19 abr. 2013.

Com a renúncia do Presidente Vargas, em 1945, abrem-se as portas para as atuações democráticas, restaurando o sufrágio universal e ampliando a participação política com a redução da idade do eleitor para 18 anos. Retomando uma estrutura política contrária a centralização de poder dos presidentes que durou até o início de 1964.<sup>139</sup>

Mas, o golpe militar de 64 iniciou novo período de fechamento político. Foram mantidas somente as eleições de representantes das casas legislativas, com o voto direto e secreto. O Presidente e os governadores eram eleitos por voto indireto. Após alguns anos, o governo militar coloca o Congresso em recesso; altera sua composição, reduzindo para 2/3 o número dos senadores eleitos pelo voto direto, e, incluindo 1/3 de senadores eleitos pelo Colégio Eleitoral de forma indireta.

Contudo, em 1983, o movimento, “Diretas Já”, encetado pela Emenda Constitucional que previa o voto direto para Presidente, demarcou o início da redemocratização. A Emenda foi derrotada, mas concorrentes civis participaram das eleições indiretas para Presidente da República. Como consequência, foram eleitos representantes legislativos para elaborar a nova Constituição de 1988 que colocou, definitivamente, o povo brasileiro na posição de protagonista da sua história. No texto constitucional de 88, ficou consignada a obrigatoriedade do voto que tem como escopo, além de outros, o desenvolvimento igualitário de todas as regiões do país, através da participação popular.

### 3.3.2 Democracia e Representação

Para demonstrar que são democráticos, os governos utilizam a representatividade através de eleições com participação ampla, liberdades políticas e com o interesse voltado em favor do povo. Os candidatos e partidos apresentam propostas que desejam implementar, informando como afetariam a vida da população, e por sua vez, os eleitores elegem aqueles que consideram adequados para a prática das ações que escolheram. A representação por mandato se estabelece quando os eleitos e os eleitores encontram harmonia entre propostas e

---

139 CAJADO, Ana Ferrari Ramos. *Exclusões e inclusões em eleições com cidadãos de diferentes qualidades*. Tribunal Superior Eleitoral e Fundação Armando Alvares Penteado - Exposição. *Voto no Brasil - Uma história de EXCLUSÕES e INCLUSÕES*. Brasília. 19 abr. 2013.

anseios, vontades que coincidem.<sup>140</sup>

Mas esse entendimento só se estabelece com uma profunda mudança no quadro de desenvolvimento do Brasil. A democracia funciona com educação e informação política que são deficientes. Essas deficiências patrocinam, de certa forma, a perda de interesse na política, provocando o número crescente de abstenções, reduzindo a legitimidade dos eleitos e contribuindo para a crise da democracia. Crise que afeta negativamente a participação.<sup>141</sup>

Acresça-se a isso, a utilização do expediente de governantes de promoverem políticas que dispersem o interesse do eleitorado, com vistas à reeleição. O não cumprimento das propostas aumenta a descrença do eleitor nos políticos.<sup>142</sup>

Esses elementos são apresentados como justificativa para a compulsoriedade do voto, como meio mais simples de lutar contra a abstenção, corroborado por estudos feitos nas democracias européias.<sup>143</sup>

A democracia no Brasil tem sua maior dificuldade na apatia da população quando se trata de questões políticas. E a abstenção combatida com o voto obrigatório não resolve no todo o problema do Brasil. As pessoas vão votar por que são compelidas, pois se não o fossem, não iriam. Dessa forma a abstenção não é tão grande e justifica o voto obrigatório. Mas, se facultativo fosse, como sugerem pesquisas, teria abstenção com nível superior a 50% sem contar brancos e nulos. Todavia, a falta de interesse não é uniforme no território brasileiro. As populações de classes mais altas tendem a participar positivamente do processo político, mesmo diante da frustração de algumas minorias politicamente ativas que veem seus

---

140 MANIN, Bernard. PRZEWORSKI, Adam. STOKES, Susan C. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a05n67.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2013.

141 SCHLOMOFF, Arthur. *O voto obrigatório e sua incidência na participação política no Brasil*. Disponível em:  
<[http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr/opalc/files/schlomoff\\_votoobligatoriobrasil.pdf](http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr/opalc/files/schlomoff_votoobligatoriobrasil.pdf)>  
Acesso em: 12 abr. 2013.

142 MANIN, Bernard. PRZEWORSKI, Adam. STOKES, Susan C. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a05n67.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2013.

143 SCHLOMOFF, Arthur. *O voto obrigatório e sua incidência na participação política no Brasil*. Disponível em:  
<[http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr/opalc/files/schlomoff\\_votoobligatoriobrasil.pdf](http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr/opalc/files/schlomoff_votoobligatoriobrasil.pdf)>  
Acesso em: 12 abr. 2013.

votos desaparecerem na grandeza da massa eleitoral.<sup>144</sup>

Contudo, a equidade do voto é de importante valia para o regime democrático e uma fundamental ferramenta para garantir a representatividade, fator essencial na democracia e colaborador do interesse popular pela política.<sup>145</sup>

### 3.4 A problemática da legitimidade dos representantes do povo

Nas eleições presidenciais americanas que elegeram o Presidente Bush, a participação dos eleitores foi de mais ou menos 25%. Aproximadamente um quarto da população votante. Naquele país a escolha do candidato, mesmo que represente um número tão pequeno da população, é aceita. Demonstra o sistema americano que a legitimidade dos eleitos não fica afetada.<sup>146</sup> Nos países como os Estados Unidos, em que existe grande desigualdade social e voto facultativo, observa-se que os políticos se desinteressam em defender os que não votam, os quais acabam sendo excluídos e sem representação. O processo eleitoral que elegeu o Presidente Obama mostrou uma mudança nesse procedimento quando despertou interesse na inclusão dos hispânicos e negros na campanha política. Fato que permitiu o favorecimento de sua eleição pela participação desse segmento.

Sob esse aspecto o Brasil não teria uma concreta aceitação do candidato eleito pelo voto facultativo, sem que a maioria da nação o escolhesse.<sup>147</sup> Em estudo científico foi observado que se o Brasil adotar o voto facultativo, o comparecimento sofreria uma queda de 30 a 35% da população votante às eleições. A representação não seria mais da vontade da maioria e sim

---

144 SCHLOMOFF, Arthur. *O voto obrigatório e sua incidência na participação política no Brasil*.

Disponível em:

<[http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr/opalc/files/schlomoff\\_votoobligatoriobrasil.pdf](http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr/opalc/files/schlomoff_votoobligatoriobrasil.pdf)>

Acesso em: 12 abr. 2013.

145 SCHLOMOFF, Arthur. *O voto obrigatório e sua incidência na participação política no Brasil*.

Disponível em:

<[http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr/opalc/files/schlomoff\\_votoobligatoriobrasil.pdf](http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr/opalc/files/schlomoff_votoobligatoriobrasil.pdf)>

Acesso em: 12 abr. 2013.

146 ANDRADE, Rita de Cássia. *Voto facultativo – Essencial Instrumento da Democracia*. Disponível em:

<[http://www.tribunaforense.com/artigosrc.asp?articles\\_ownerPage=2&artigo\\_id=7](http://www.tribunaforense.com/artigosrc.asp?articles_ownerPage=2&artigo_id=7)> Acesso em: 29jan.

2013.

147 ALMEIDA, Natália Droichi de. *Voto facultativo*. Disponível em:

<<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6622/Voto-facultativo>> Acesso em: 29 jan. 2013.



daqueles que teriam seus interesses mais definidos.<sup>148</sup>

A crise ética por que o país passou recentemente sugere mudanças no processo eleitoral. Como por exemplo, a PEC 71/2007, que apresenta o voto misto de modelo germânico, o qual reúne o sistema majoritário com o sistema proporcional para eleger o candidato ao legislativo, que aproxima mais eleitor e representante.<sup>149</sup>

O fato do voto ser espontâneo, no caso do voto facultativo, pode oferecer a sensação de maior legitimidade dos eleitos, afirmado pela ideia de que a qualidade do voto é melhor do que a quantidade. Porém, a democracia é praticada com a quantidade como elemento importante garantidor da vontade popular.<sup>150</sup>

Mas quando se fala em legitimidade, alguns a consideram um mito diante dos resultados da participação efetiva do cidadão na prática do voto obrigatório no Brasil. Como por exemplo, nos resultados das eleições de 2006, o Presidente eleito teve 56,06 % dos votos válidos que correspondem na realidade a 1/3 dos votos daqueles que detinham capacidade eleitoral ativa. E ainda, quando observada a realidade nas regiões menos politizadas do país e atrasadas cultural e economicamente, entre as quais houve governador eleito com 27,5% dos votos do eleitorado, diferente da marca de 80,72% de votos válidos.<sup>151</sup>

No entanto, para alguns é mais importante garantir o direito a escolha de participar, ou não, da política do que o problema de legitimidade dos políticos eleitos causado pelo elevado índice de abstenções.<sup>152</sup>

---

148 LUSTOSA, Isabel. *Em Defesa do Voto Obrigatório*. Disponível em: <<http://www.est.adao.com.br/noticias/impreso,em-defesa-do-voto-obrigatorio,573046,0.htm>> Acesso em: 01 fev. 2013.

149 JUNQUEIRA, Márcio. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=464516&filename=PEC+71/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=464516&filename=PEC+71/2007)> Acesso em: 02 fev. 2013.

150 RIBEIRO, Fábio Túlio Correia. *A moderna teoria democrática e o voto obrigatório*. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/27958-27968-1-PB.htm>> Acesso em: 12 abr. 2013.

151 RIBEIRO, Fábio Túlio Correia. *A moderna teoria democrática e o voto obrigatório*. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/27958-27968-1-PB.htm>> Acesso em: 12 abr. 2013.

152 SCHLOMOFF, Arthur. *O voto obrigatório e sua incidência na participação política no Brasil*.

As eleições no Brasil sempre tiveram um sentido obrigatório, mesmo quando excluía do direito ao voto os analfabetos, os mendigos e as mulheres entre outros. Nem por isso, mesmo com esses impedimentos, as eleições foram consideradas ilegítimas. Posteriormente foram se abrindo espaços para tornar eleitores segmentos populacionais não antes admitidos. Mas sempre trazendo, no seu bojo, a obrigatoriedade do voto daqueles que a lei exigia o alistamento eleitoral.

De certa, forma verifica-se que o Brasil sempre caminhou no sentido da preservação da obrigatoriedade do voto. E também, da ampliação da participação de novos segmentos populacionais, incluídos através dos tempos. É possível que essa prática traga embutido o sentimento de que, quem não vota para escolher representante, não deve ter o direito de reclamar das posições dos eleitos.

As mudanças que ocorreram no Brasil durante sua trajetória política, não foram somente de regimes e modos, os homens transformaram-se do status de súditos para a condição de cidadãos. O perfil do objetivo na eleição tem se modificado também. Há preocupação com a relação do resultado com a escolha do eleitor, com a igualdade na disputa dos candidatos, com a ética no processo eleitoral e com a justiça na conquista dos votos e sua apuração.<sup>153</sup>

## CONCLUSÃO

O Brasil com toda a sua história política tem avançado em busca de assegurar, através de suas leis, obra em constante modificação e aperfeiçoamento, a prevalência da vontade popular. Momentos desastrosos na trajetória do país, e erros cometidos no caminho, contribuíram para o desenvolvimento do sistema eleitoral que existe hoje. Modelo que é copiado por outros países e gerenciado por uma justiça dissociada do governo e dos partidos,

---

Disponível em:  
<[http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr/opalc/files/schlomoff\\_votoobligatoriobrasil.pdf](http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr/opalc/files/schlomoff_votoobligatoriobrasil.pdf)>  
Acesso em: 12 abr. 2013.

153 LÚCIA, Ministra Cármen. Tribunal Superior Eleitoral e Fundação Armando Alvares Penteado - Exposição. *Voto no Brasil – Uma história de EXCLUSÕES e INCLUSÕES*. Brasília. 19 abr. 2013.

que se aprimora para garantir o princípio democrático do ideal republicano.<sup>154</sup>

Fica claro nessa pesquisa que as diversas modificações ocorridas, desde o Império até nossos dias, sofreram influências múltiplas, ora em governos autoritários, ora em governos democráticos, mas que de alguma forma fez chegar-se ao processo eleitoral ora vigente. Mesmo assim, considerado por alguns como modelo, modificações têm sido propostas como por exemplo a implantação do voto facultativo, do voto em lista, do voto distrital, distrital misto, entre outros.

Observa-se nessas tentativas de modificação do sistema eleitoral a influência de modelos adotados em outros países, quais sejam: o direito espontâneo de votar, isto é o voto facultativo; o voto em lista em que o partido define a ordem dos candidatos e o voto se dá no partido; o voto distrital, cuja representação seria oferecida por áreas definidas e, ainda, o distrital misto resultado de escolha por área e também individual.

Os defensores do voto facultativo, alegam o direito de escolha do cidadão de votar ou deixar de votar. Segundo eles o voto obrigatório não leva ao exercício pleno de cidadania porquanto parcela substancial dos eleitores comparecem às urnas em troca de favores. Mencionam que esse procedimento acaba por comprometer a representatividade de parte dos eleitos.

Por outro lado, os que defendem o voto obrigatório referem que este é um processo de amadurecimento político, tanto pela repetição, como pela educação que esse dever acaba por proporcionar. Acrescentam que a obrigatoriedade do voto diminui a influência de militantes, bem como induz os candidatos a cargos eletivos a buscar a participação política de segmentos diversos. De outra parte, conduz o eleitor a questionar o seu voto e cobrar a atuação dos seus escolhidos.

Vê-se que o tipo de sistema eleitoral permanece uma questão em aberto sujeito a

---

154 REZEK, Ministro Francisco. Tribunal Superior Eleitoral e Fundação Armando Alvares Penteado - Exposição. *Voto no Brasil – Uma história de EXCLUSÕES e INCLUSÕES*. Brasília. 19 abr. 2013.

modificações, de acordo com os interesses partidários, que ressurgem com alguma frequência.

A pergunta que permanece é: o voto deve ser livre e somente um direito ou o cidadão tem o dever de participar?

De qualquer forma seja qual for o sistema aplicado o que importa é a legitimidade da representação oferecida pelo voto do cidadão. É dele a escolha, e é ele que colhe as vantagens ou desvantagens do seu ato.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Natália Droichi de. *Voto facultativo*. Disponível em:

<<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6622/Voto-facultativo>> Acesso em: 29 jan. 2013.

ANDRADE, Rita de Cássia. *Voto facultativo – Essencial Instrumento da Democracia*.

Disponível em:

<[http://www.tribunaforense.com/artigosrc.asp?articles\\_ownerPage=2&artigo\\_id=7](http://www.tribunaforense.com/artigosrc.asp?articles_ownerPage=2&artigo_id=7)> Acesso em: 29 jan. 2013.

BARBOSA, Luísa. *O Sufrágio Universal nas obras de Assis Brasil*. Disponível em:

<[assisbrasil.org/sufragio.doc](http://assisbrasil.org/sufragio.doc)> Acesso em: 04 abr. 2013.

BARROSO, Luís Roberto. Vinte anos de constituição de 1988: a reconstrução democrática do Brasil. In: DANTAS, Bruno (Org.). *Constituição de 1988: Brasil 20 anos depois. Os alicerces da redemocratização. Volume 1*. Brasília: Senado Federal - Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

BRASIL, Constituição 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010.

CAJADO, Ana Ferrari Ramos. *Exclusões e inclusões em eleições com cidadãos de diferentes qualidades*. Tribunal Superior Eleitoral e Fundação Armando Alvares Penteado - Exposição. *Voto no Brasil - Uma história de EXCLUSÕES e INCLUSÕES*. Brasília. 19 abr. 2013.

CAMATA, Rita. Proposta de Emenda à constituição nº 43, de 1995. *Diário Congresso Nacional*, Brasília. 29 abr. 1995. seção I.

CARVALHO, Paulo de Barros. *O Preâmbulo e a prescricividadeconstitutiva dos textos*

*jurídicos*. In: DANTAS, Bruno (Org.). *Constituição de 1988: Brasil 20 anos depois. Os alicerces da redemocratização. Volume 1*. Brasília: Senado Federal - Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal Anotada*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ELEITOR, GLOSSÁRIO ELEITORAL, TERMOS. Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher> > Acesso em: 07 nov. 2012.

ELEITOR, GLOSSÁRIO ELEITORAL, TERMOS. Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos-iniciados-com-a-letra-s#sistema-eleitoral-proporcional>> Acesso em: 22 nov. 2012.

FURTADO, Marcelo Gasque. *A formação do cidadão conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 2010. 147 f. Tese Mestrado. Mestrado em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JUNQUEIRA, Márcio. Disponível em:

<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=464516&filename=PEC+71/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=464516&filename=PEC+71/2007)> Acesso em: 02 fev. 2013.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquemático*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LÚCIA, Ministra Cármen. Tribunal Superior Eleitoral e Fundação Armando Álvares Penteado - Exposição. *Voto no Brasil – Uma história de EXCLUSÕES e INCLUSÕES*. Brasília. 19 abr. 2013.

LUSTOSA, Isabel. *Em Defesa do Voto Obrigatório*. Disponível em:

<<http://www.est.adao.com.br/noticias/impresso,em-defesa-do-voto-obrigatorio,573046,0.htm>> Acesso em: 01 fev. 2013.

MACIEL, Ana Rosa Reis. *Brasil: do voto de cabresto ao voto eletrônico*, 2010. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2029> > Acesso em: 07 nov. 2012.

MAGELA, Geraldo. *Projeto de Decreto Legislativo. PDC 387/2007*. Disponível em:

<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=515791&filename=PDC+384/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=515791&filename=PDC+384/2007)> Acesso em: 09 mar. 2013.

MANIN, Bernard. PRZEWORSKI, Adam. STOKES, Susan C. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a05n67.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2013.

MENDES, Gilmar. BRANCO, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. *Voto obrigatório e equidade um estudo de caso*. Disponível em : <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102->

88391999000400016&script=sci\_arttext> Acesso em: 09 mar. 2013.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. *Fontes de Informações da Assembléia Nacional Constituinte de 1987*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/constituante/fontes.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2012.

PORTO, Walter Costa. *Dicionário do Voto*. São Paulo: UnB, 1995.

REIS, Claudio Araujo. “Todo o poder emana do povo”: o exercício da soberania popular e a Constituição de 1988. In: DANTAS, Bruno (Org.). *Constituição de 1988: Brasil 20 anos depois. Os alicerces da redemocratização. Volume 1*. Brasília: Senado Federal - Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

REZEK, Ministro Francisco. Tribunal Superior Eleitoral e Fundação Armando Alvares Penteado - Exposição. *Voto no Brasil – Uma história de EXCLUSÕES e INCLUSÕES*. Brasília. 19 abr. 2013.

RIBEIRO, Fábio Túlio Correia. *A moderna teoria democrática e o voto obrigatório*. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/27958-27968-1-PB.htm>> Acesso em: 12 abr. 2013.

SANTOS, Antonio Augusto Mayer dos. *Voto facultativo ou obrigatório?* Disponível em: <<http://colunas.cbn.globoradio.globo.com/platb/miltonjung/2011/04/11/voto-facultativo-ou-obrigatorio/>> Acesso em: 29 jan. 2013.

SCHLOMOFF, Arthur. *O voto obrigatório e sua incidência na participação política no Brasil*. Disponível em: <[http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr.opalc/files/schlomoff\\_votoobligatoriobrasil.pdf](http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr.opalc/files/schlomoff_votoobligatoriobrasil.pdf)> Acesso em: 12 abr. 2013.

SILVA, Hélio. *As Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro. Lidaador, 1985.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 9ª ed. São Paulo: Malheiros LTDA, 1994.

SOARES, Paulo Henrique. Vantagens e desvantagens do voto obrigatório e do voto facultativo. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília. a.41 nº161 jan/mar 2004.

VALVERDE, Thiago Pellegrini. *Voto no brasil*. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8282/voto-no-brasil>> Acesso em: 11 abr. 2013.

VAZ, José Ribamar Santos. Disponível em: <<http://www.amma.com.br/artigos~2,1457,,,hermeneutica-do-artigo-81-da-constituicao-federal>> Acesso em: 20 nov. 2012.

VIEIRA, Francisco Xavier Medeiros. Disponível em: <[http://www.tre-sc.jus.br/site/resenha-eleitoral/edicoes-impressas/integra/arquivo/2012/junho/artigos/a-experiencia-do-voto-facultativo-como-expressao-da-cidadania/indexccef.html?no\\_cache=1&cHash=78351104f45de72d29123f86244df2de\\_](http://www.tre-sc.jus.br/site/resenha-eleitoral/edicoes-impressas/integra/arquivo/2012/junho/artigos/a-experiencia-do-voto-facultativo-como-expressao-da-cidadania/indexccef.html?no_cache=1&cHash=78351104f45de72d29123f86244df2de_)> Acesso em: 29 jan. 2013.

VITÓRIO, Cristiane. *O que é o terceiro Estado?* Disponível em: <<http://www.slideshare.net/cristianeitorio/o-que-o-terceiro-estado-abade->

emmanuel-abade-emmanuel-sieyes >